



ATA N.º 18 – Aos três dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 21 horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pela Sra. Primeira Secretária da Mesa – Maria José Ferreira dos Santos, na ausência do Sr. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa o Secretário da Mesa – Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 17 – Sessão Ordinária de 9 de setembro de 2016;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, por destaque do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo;
- 4 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2017;
- 5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2017;
- 6 – Contrato-Programa para 2017 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.
  - Aprovação de minuta
  - Autorização prévia para a assunção do compromisso para o ano de 2017;
- 7 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Arrifana e com a Junta de Freguesia de Lourosa
  - Aprovação de minutas;
- 8 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Fiães
  - Aprovação de minuta;
- 9 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Lourosa
  - Aprovação de minuta;
- 10 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral (para



*conhecimento*);-----

11 – Contrato de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão -----

- Protocolo para a revisão do Anexo I / Aprovação de minuta;-----

12 – Carta Educativa (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos e Mário António Pinho de Oliveira. -----

Não estiveram presentes, nesta sessão, os Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Eduardo Marques dos Santos Cavaco e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira.-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.-----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albergaria, estar presente na sessão, por motivo de trabalhos Parlamentares que exerce enquanto Deputado à Assembleia da República, designadamente o debate do Orçamento de Estado na generalidade que está a acontecer no decorrer deste dia, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa.-----

Convidou, para esse efeito, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira, o qual aceitou o convite e tomou o respetivo lugar na Mesa, como Secretário da mesma. -----

Posto isto, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 5 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias:-----

– Argoncilhe (PSD): delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos;-----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira



Monteiro;-----  
- Milheirós de Poiares (PS): delegada a representação na Tesoureira do Executivo – Maria Isabel Valente;-----  
- União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Paulo Sérgio Valinho Luís;-----  
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares.-----

-----  
Informou, de seguida, que para além do pedido de substituição efetuado pelo Sr. Presidente da Assembleia – Amadeu Albergaria, também os deputados municipais Aldina dos Reis Camboa Cabral (PSD) e António André da Silva Topa (PSD) solicitaram ser substituídos na presente sessão, nos termos legais, dado não lhes ser possível estar presentes – a deputada municipal Aldina Cabral por motivos profissionais e o membro António Topa por motivo igual ao do Sr. Presidente da Assembleia, uma vez também ser Deputado à Assembleia da República. -----  
Informou que, nos termos da lei, os três membros referidos são substituídos, nesta sessão, pelos três cidadãos seguintes na lista do PSD – Juliana Canedo Rocha, João Luís Almeida Cunha e José Moreira de Jesus Castro – que se encontravam presentes para o efeito. -----

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 47 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo grupo municipal do PSD:*-----  
José Manuel Milheiro Pinho Leão; José Fernando Moreira; Adriana Marisa da Silva Cardoso; António Domingues Pereira; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Justino de Amorim Pinto; Juliana Canedo Rocha; João Luís Almeida Cunha; José Moreira de Jesus Castro; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Santa



Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – Paulo Sérgio Valinho Luís; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares; -----

*Pelo grupo municipal do PS:*-----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Milheirós de Poiares – Maria Isabel Valente; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira; -----

*Pela CDU:* Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

*Pelo CDS-PP:* Válder José Mendes de Amorim;-----

*Independente:* Amaro Bento Silva Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver.-----

*Entraram, no decorrer da sessão:* Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE); Serafim Manuel Rocha Guimarães (PSD); Gastão Valente Pinto da Silva (PSD); Márcio Santos Correia (PS) e Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (PS).-----

*Faltaram à sessão, sem se terem feito representar:* Bernardino Manuel Martins do Couto (PSD) e Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS). --

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela



- Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 9 de setembro de 2016:-----
- “Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre o assunto “Nova intervenção na Av. 5 de Outubro” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 13/09/2016;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre o assunto “Supressão de passadeiras para peões e existência de barreiras arquitetónicas” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 13/09/2016;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor do Voto de Louvor às Corporações dos Bombeiros do Concelho, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 9 de setembro de 2016, às seguintes entidades:-----
    - Bombeiros Voluntários da Feira, Lourosa e Arrifana,-----
    - Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários,-----
    - Liga dos Bombeiros Portugueses;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 9 de setembro de 2016, às seguintes entidades:-----
    - O Primeiro-Ministro,-----
    - O Presidente da Assembleia da República;-----
    - Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva;-----
    - Presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, “Os Verdes”, e ao deputado único do PAN;-----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Lei que propõe revogar a Lei dos Baldios – Lei n.º 68/93, de 4 de setembro;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Chefe de Redação do Jornal “Terras da Feira”, remetendo, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 9 de setembro de 2016;-----



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Chefe de Redação do Jornal “Correio da Feira”, remetendo, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 9 de setembro de 2016; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Direção da AEDRL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre as Jornadas “40 Anos do Poder Local Democrático” que aquela Associação estava a organizar e que se realizariam, previsivelmente, no mês de outubro de 2016;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério do Ambiente à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre o envio de missivas pela Indaqua de cariz ameaçador aos utentes de Santa Maria da Feira;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Instalações desportivas e de recreio degradadas”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Instalações desportivas e de recreio degradadas”;
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Passadeiras para peões quase impercetíveis em muitas estradas do Concelho”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre o assunto “Passadeiras para peões quase impercetíveis em muitas estradas do Concelho”;-----
- E-mail do Gabinete da Presidência do Município de Castelo de Paiva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 9 de setembro de 2016, e prestando algumas informações sobre o assunto;-----



- Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o concerto Clarinetíssimo Ensemble, no âmbito do 31.º aniversário da elevação a vila de Santa Maria de Lamas, que se realizou no passado dia 24 de setembro de 2016;-----
- Convite da Direção do Clube de Futebol União de Lamas – Hóquei, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Gala de Comemoração do 65.º Aniversário daquele Clube, que decorreu no passado dia 8 de outubro de 2016;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes” – por incumbência da Sra. Deputada Heloísa Apolónia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 9 de setembro de 2016;-----
- Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a inauguração do Sintético do Complexo Desportivo – campo n.º 2, do Clube Futebol União de Lamas – FF, que decorreu no passado dia 1 de outubro de 2016;-----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 9 de setembro de 2016;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Direção da AEDRL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando o preenchimento de questionário no âmbito das Jornadas “40 Anos do Poder Local Democrático” que aquela Associação estava a organizar e que se realizariam, previsivelmente, no mês de outubro de 2016;-----
- Ofício do Assessor do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 9 de setembro de 2016;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Indaqua - Mosteirô”;-----



- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Indaqua - Mosteirô”; -----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 9 de setembro de 2016;-----
- Convite do Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas da Corga do Lobão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na sessão solene de entrega de diplomas aos alunos dos Quadros de Mérito e Honra, que se levou a efeito no passado dia 7 de outubro de 2016;-----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 5 e 19 de setembro de 2016;-----
- Ofício da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 9 de setembro de 2016; -----
- Ofício do Sr. Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor do voto de louvor às Corporações dos Bombeiros do Concelho – aprovado por este Órgão na sua sessão de 9 de setembro de 2016;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Bragança, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moção aprovada por aquele órgão na sua sessão de 28 de setembro de 2016, sobre o assunto “Taxas de servidão agrícola a partir de estradas nacionais e regionais”; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Autarquia não afixou informação sobre a qualidade da água em fonte pública na cidade de Fiães”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo





- membro Moisés Ferreira sobre o assunto “Autarquia não afixou informação sobre a qualidade da água em fonte pública na cidade de Fiães”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tavira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moção aprovada por aquele órgão na sua sessão de 3 de outubro de 2016, sobre o assunto “Só com outra política será possível combater o flagelo dos fogos florestais”; -----
- Convite da Comissão Administrativa do Grupo Recreativo e Beneficente “A Flor de Aldriz”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no espetáculo de teatro que se realizou no passado dia 15 de outubro de 2016, integrado nas comemorações do 76.º aniversário daquele Grupo; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos sobre os assuntos “Obras urgentes na Escola EB1 de Vendas Novas” e “Descargas poluentes na ETAR de Fiães”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira sobre os assuntos “Obras urgentes na Escola EB1 de Vendas Novas” e “Descargas poluentes na ETAR de Fiães”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Portimão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moção aprovada por aquele órgão na sua sessão de 30 de setembro de 2016, sobre o assunto “Só com outra política será possível combater o flagelo dos fogos florestais”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo documento enviado ao Município pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” relativo à resposta do Ministério do Ambiente à pergunta que lhe foi dirigida por Deputados daquele Grupo Parlamentar sobre o envio de missivas pela Indaqua de cariz ameaçador aos utentes de Santa Maria da Feira, solicitando que fosse dado conhecimento do mesmo aos líderes dos Partidos representados nesta Assembleia Municipal; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos líderes dos Partidos representados nesta Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, cópia digitalizada do ofício do Sr. Presidente da Câmara em que este remete documento enviado ao Município pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” relativo à resposta do Ministério do



*[Handwritten signature and initials]*

- Ambiente à pergunta que lhe foi dirigida por Deputados daquele Grupo Parlamentar sobre o envio de missivas pela Indaqua de cariz ameaçador aos utentes de Santa Maria da Feira;-
- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 3 de outubro de 2016; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (Comissão Parlamentar), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia em que foi remetido o teor da moção “Estrada Nacional 222 Canedo-Pedorido”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 9 de setembro de 2016, ofício que foi remetido ao Sr. Presidente da Assembleia da República e, por este, àquela Comissão por se enquadrar no seu âmbito de competências;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 3 de novembro de 2016, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 3 de novembro de 2016, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 31 de outubro de 2016;-----
  - Convite do Sr. Provedor da Misericórdia do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na sessão de encerramento do Ano da Misericórdia, sob o mote “No Ano da Misericórdia | Pensar as Misericórdias, hoje”, evento que se realizou no passado dia 25 de outubro de 2016;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Carla Adriana Pinto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 3 de novembro de 2016, do assunto “Carta Educativa”;-----
  - Convite do Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (Comissão Parlamentar), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Audição Pública no âmbito da apreciação dos Projetos Lei



231/XIII (PCP), 272/XIII (BE) e Projeto Resolução 393/XIII (PS), relativos ao regime de reorganização territorial de freguesias, a levar a cabo no próximo dia 5 de dezembro de 2016;-----

- E-mail da Sociedade de Revisores de Contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC, Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral – relativa ao primeiro semestre de 2016 – do Município de Santa Maria da Feira; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 3 de novembro de 2016; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos e para os efeitos previstos na Lei, as Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2017, aprovadas pela Câmara Municipal na sua reunião extraordinária de 27/10/2016;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 3 de novembro de 2016; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 3 de novembro de 2016;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Aldina Camboa Cabral, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 3 de novembro de 2016, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que, no seguimento de parecer da DGAL publicitado no portal da ANAFRE, o Município vai proceder ao pagamento de uma senha de presença por cada sessão da Assembleia Municipal a todos os Presidentes de Junta de Freguesia que participem na mesma, com efeitos a partir de janeiro de 2016;-----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da



- Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 17 de outubro de 2016;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, ofício rececionado, da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, no qual se comunica que, no seguimento de parecer da DGAL publicitado no portal da ANAFRE, o Município vai proceder ao pagamento de uma senha de presença por cada sessão da Assembleia Municipal a todos os Presidentes de Junta de Freguesia que participem na mesma, com efeitos a partir de janeiro de 2016;-----
  - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sra. Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 3 de novembro de 2016, por motivo de trabalhos Parlamentares – designadamente o debate do Orçamento de Estado na generalidade – que exerce enquanto Deputado à Assembleia da República, requerendo lhe fosse considerada justificada a falta e fosse garantida a sua substituição na sessão, nos termos legais e regimentais;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – António Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 3 de novembro de 2016, por motivo de trabalhos Parlamentares – designadamente o debate do Orçamento de Estado na generalidade – que exerce enquanto Deputado à Assembleia da República, solicitando lhe fosse considerada justificada a falta e fosse substituído na sessão, nos termos legais;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Augusto Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 3 de novembro de 2016, devido a compromisso oficial, delegando a sua representação na Tesoureira daquele Executivo – Maria Isabel Valente;-----
  - Diversos jornais e revistas.”-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício*, introduzindo o período em epígrafe, informou



existir uma moção e quatro recomendações para serem discutidas – documentos estes que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.-----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos referidos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos.-----

Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) para apresentar a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“INCLUSÃO DA LINHA DO VALE DO VOUGA NO PLANO DE INVESTIMENTOS FERROVIÁRIOS 2016-2020, PARA PERMITIR A SUA MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO COM O OBJETIVO DE A LIGAR DIRETAMENTE À LINHA DO NORTE -----

A reabilitação da Linha do Vale do Vouga é um anseio de há muito das populações por ela servidas, tendo sido defendida com mais acuidade no passado recente, até no contexto da Área Metropolitana do Porto. Desde 2011, projetos de resolução dos diversos partidos com assento parlamentar têm sido aprovados, gerando grande consenso, com mais ou menos – quase sempre menos – pontos de discórdia, que não passam de pormenores. A própria Assembleia Municipal já aprovou moção apontando no mesmo caminho.-----

O Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020 agora conhecido não faz qualquer referência à Linha do Vale do Vouga, não prevendo qualquer investimento para esta via, de primordial importância para os concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Espinho, privados de uma ligação capaz ao coração da Área Metropolitana, o Porto.-----

De onde se conclui que o atual governo faz tábua rasa de todas as recomendações aprovadas pela Assembleia da República, que atravessam todo o espectro político. O próprio partido do governo, que sempre defendeu a reabilitação da Linha do Vouga, esquece-se, agora, de tantos discursos e tantas boas vontades manifestadas. Uma coisa na oposição, coisa diferente enquanto detentor do poder.-----

Um estudo credível encomendado pela Área Metropolitana do Porto “à TRENMO Engenharia, SA” já provou a rentabilidade da ferrovia no trajeto Oliveira de



Azeméis/Espinho, com a vantagem de dispensar investimento público português – 85 por cento proviria de fundos comunitários e os restantes 15 por cento, correspondentes à componente nacional, seriam responsabilidade de privados, através da integração do serviço na concessão “CP Porto”. Estima-se que o projeto importe em 68 milhões de euros. -----

O ministro do Planeamento e das Infraestruturas apresentou o Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020, que conta com um apoio financeiro da União Europeia de mil milhões de euros. No que toca às ferrovias, funda-se no Plano PETI 3+ e conta com um pacote financeiro composto por fundos comunitários do programa Connecting Europe Facility (CEF) e pelo programa Portugal 2020. Segundo informação divulgada pelo Ministério, “a concretização destes projetos representa a aposta clara do Governo na ferrovia e na colocação das infraestruturas ao serviço do desenvolvimento e da economia do país”. -----

Isto é, para o governo, o eixo industrial – essencialmente exportador e um dos maiores de Portugal – Oliveira de Azeméis/S. João da Madeira/Santa Maria da Feira/Espinho, não tem relevo para a economia do país. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata exorta a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira no sentido de que seja deliberado a presente moção que: -----

- Recomenda ao governo a inclusão, no contexto da Área Metropolitana do Porto, da requalificação e modernização da Linha do Vale do Vouga no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020, que passe pelo alargamento da bitola existente, interligando-a com a Linha do Norte de acordo com o preconizado no suprarreferido estudo.” -----

Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro pediu autorização à Mesa para, de modo a tornar consensual a moção e no seguimento do acordado antes do início da sessão, proceder à substituição do texto do 3.º parágrafo da moção que foi distribuída, que diz: “*De onde se concluiu (...) detentor do poder.*”, pelo seguinte texto: “*Apesar de ser uma pretensão antiga, e por todos defendida, lamentamos que não tenha sido incluída pelo atual governo no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020.*” -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PRÉMIO PROFESSORA DOUTORA MARIA JOAQUINA DAMAS-----

Num Concelho que pretende afirmar-se como Concelho competitivo aos mais diversos níveis,



incluindo no âmbito cultural, cremos ser pertinente promover a cultura e a respetiva ponte entre fundadores e mentes de continuidade.-----

Nesse sentido, parece-nos fundamental criar estruturas que possam instituir esta prática de promoção de preservação e desenvolvimento do património imaterial e cultural. -----

Com esta vontade de construir e promover a cultura e a respetiva ponte entre fundadores e mentes de continuidade, vimos a esta Assembleia lembrar e cuidar de perpetuar o nome da Professora Doutora Maria Joaquina Natércia Freire Marques Damas Alves dos Santos. -----

O percurso pessoal e profissional da Professora Doutora Maria Joaquina Damas (1931-2008), merecem-nos este cuidado e preservação da sua memória. -----

Natural do Município de Ílhavo, cedo se envolveu na comunidade educativa deste concelho, após o matrimónio com um ilustre munícipe de Lourosa. -----

- Criadora da Fundação Ensino e Desenvolvimento de Paços de Brandão; -----
- Diretora e Fundadora da Escola Profissional de Paços de Brandão EPPB; -----
- Diretora do Instituto Superior de Paços de Brandão ISPAB; -----
- Criadora da Fundação Ensino e Desenvolvimento da Região de Aveiro FEDRAVE; -----
- Criadora da Fundação Frei Gil na Guarda; -----
- Criadora e Presidente do Instituto Português de Investigação e Apoio aos PALOP IPIA/PALOP; -----
- Autora do livro “Observar para Avaliar”; -----
- Doutorada em Pedagogia e Licenciada em Filosofia. -----

Quem a conhecia de perto, lembra a frase que fazia questão de usar, resultante da sua adaptação irónica que fazia à célebre frase de Fernando Pessoa: “Deus quer, uma Mulher sonha, a Obra nasce...” -----

Tendo em conta que a 13 de junho de 1989 foi criada a Fundação de Ensino e Desenvolvimento de Paços de Brandão (FEDESPAB), com a missão de dotar a freguesia de Paços de Brandão de estruturas formativas capazes de dar uma resposta eficaz às necessidades que se faziam sentir, ao nível da educação e do emprego. -----

Relembrando que a FEDESPAB é uma estrutura organizacional, sem fins lucrativos, com a missão de promover o desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico da população de Paços de Brandão e as suas áreas de influência, patrocinando atividades de ensino, de educação, de cultura, de investigação e de formação profissional. -----



E que um ano após a sua criação, a FEDESPAB originou o Instituto Superior de Paços de Brandão (ISPAB).-----

Atualmente a FEDESPAB conta com 77 membros, entre os quais a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Junta de Freguesia de Paços de Brandão.-----

Faz todo o sentido valorizar aqueles que estiveram na origem de tão nobre Fundação.-----

A Assembleia Municipal reunida em 3 de novembro de 2016, recomenda à Câmara Municipal:-----

1. A criação de um prémio dedicado à promoção e consolidação do gosto pela escrita criativa;
2. Que este prémio seja designado por - Prémio Professora Doutora Maria Joaquina Damas;---
3. Que a atribuição deste prémio possa ser pecuniária ou não pecuniária, desde que resulte em alternativa de valorização profissional, nomeadamente através da gratuitidade de inscrição em cursos de escrita criativa, devidamente reconhecidos e creditados.”-----

-----  
Seguidamente, verificando que o membro Moisés Ferreira (BE) ainda não havia chegado à sessão, pelo que não poderia apresentar as três recomendações da iniciativa do BE, a **Sra. Presidente da Assembleia em exercício** recordou que as mesmas já haviam sido disponibilizadas previamente aos membros da Assembleia pelo que, sendo os teores conhecidos, podiam ser discutidas. Assim sendo, submeteu a discussão conjunta os cinco documentos – a moção do PSD, a recomendação do PS e as três recomendações do BE.-----

-----  
As recomendações da iniciativa do Bloco de Esquerda são do seguinte teor:-----

“MELHORIAS NOS PASSADIÇOS DAS RIBEIRAS-----

A relação do homem com o ecossistema e a sustentabilidade da ação antrópica aparece, hoje, como a chave para que se possa começar a pensar num desenvolvimento mais harmonioso, sem que seja necessário preterir as populações.-----

A criação dos passadiços no parque das ribeiras do rio Uíma, veio oferecer oportunidades para o desenvolvimento de uma sensibilidade mais profunda, contribuindo para o despertar e aprofundar de uma responsabilidade ambiental coletiva, impulsionando, até mesmo, o estabelecimento de novas políticas e práticas ambientais, que melhoram significativamente a qualidade de vida das populações.-----

Torna-se evidente que a criação dos passadiços das ribeiras, trouxe mais qualidade de vida





para os cidadãos, mas também uma exigência mais elevada para a autarquia, da qual esta não pode eximir-se. -----

A manutenção, a preservação, a criação de estruturas que potenciem este equipamento, são imprescindíveis, não só para a preservação da biodiversidade de todo este ecossistema, como para reforçar a atratividade deste espaço para a fruição por parte das populações. -----

É notório um certo desleixo e alguma incapacidade em responder às necessidades mais prementes dos utilizadores deste equipamento. -----

A falta de limpeza das margens durante uma parte significativa dos passadiços; a necessidade de manutenção permanente deste equipamento; a inexistência de pontos de água, de locais para deposição de lixo e casas de banho, por exemplo, é algo inexplicável. -----

Junto aos passadiços podem e devem ser colocados outros tipos de equipamentos como, por exemplo, um parque infantil, potenciando e diversificando o espaço. É ainda da maior importância encontrar uma solução para que os utilizadores do passadiço possam atravessar a estrada nacional 326 em segurança. -----

Torna-se incompreensível que as placas afixadas nos passadiços que proíbem que os cidadãos se possam fazer acompanhar por cães, sejam ao abrigo de uma portaria da restauração. Esta situação é no mínimo incompreensível, servindo apenas e só para dissuadir as pessoas de utilizar este equipamento. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 3 de novembro de 2016, recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----

1. Limpeza das margens dos passadiços e manutenção regular dos mesmos; -----
2. Criação de pontos de água para os utilizadores; -----
3. Criação de equipamentos de apoio, como casas de banho e um parque infantil; -----
4. Colocação de mais recipientes para o depósito de lixos; -----
5. Construção de uma passagem pedonal (superior ou inferior) na estrada N326.” -----

-----  
“CRIAÇÃO DA PROVEDORIA DO MUNÍCIPE SÊNIOR-----

Em 2015, dados do Instituto Nacional de Estatística apontam para um índice de envelhecimento na casa dos 143%. A população portuguesa está cada vez mais envelhecida e os cidadãos mais idosos continuam a ser dos mais desprotegidos socialmente. -----

A realidade tem-nos mostrado um acréscimo no número de casos de maus tratos físicos,



psicológicos e mesmo de abandono de cidadãos seniores em todo o país, não sendo o nosso concelho exceção. Tal realidade leva a que muitos seniores se sintam isolados, inseguros e abusados, sendo-lhes negado, muitas vezes, os seis direitos humanos mais básicos. -----

A Provedoria do Múncipe Sénior, a constituir na dependência da Câmara Municipal, funcionando como um instrumento de receção, tratamento e encaminhamento de queixas e como um instrumento de apoio e informação aos múnicipes mais velhos, permitirá estabelecer uma comunicação mais próxima entre a população sénior e as diversas instituições que atuam nesta área bem como com as autoridades competentes, tendo como objetivo garantir uma melhoria na qualidade de vida dos seniores, promover os seus direitos e sensibilizar a comunidade para o combate à violência exercida contra os mais velhos. -----

Vários municípios, como por exemplo os de Amares e Guimarães (Provedor do Idoso), Batalha (COMAI) e Chaves (Comissão de Proteção de Idosos) garantem já uma maior proximidade e facilidade na sinalização. -----

A Provedoria do Cidadão Sénior garantirá a possibilidade de sinalização de queixas, denúncias e reclamações, por parte do próprio idoso, entidades policiais, estabelecimentos de saúde, instituições, bem como por vizinhos e familiares. Permitirá ainda a agilização do tratamento desta informação numa maior e melhor articulação com as autoridades. -----

Assim sendo, esta Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 3 de novembro de 2016, recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira:-----

A criação da Provedoria do Múncipe Sénior, para apoiar, cuidar e estar mais próximo dos idosos, lutando ativamente pela garantia dos seus direitos, por uma melhor condição de vida e para proteger aqueles que não são protegidos.” -----

-----  
“CRIAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS AO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

Os Bombeiros Voluntários são imprescindíveis em inúmeras tarefas essenciais, desde a emergência pré-hospitalar, combate a incêndios, proteção e socorro de pessoas em perigo, salvaguarda de bens, colaboração no socorro a náufragos e buscas, sensibilização em matéria de autoproteção e de risco, apoio à comunidade, serviço de proteção civil, entre outros.-----

Os municípios devem reconhecer este seu trabalho através de várias medidas que mais do que ter um carácter remuneratório têm um carácter de reconhecimento social. -----



O município de Santa Maria da Feira, dentro daquilo que são as suas competências legais, pode e deve estabelecer um regulamento municipal de apoio aos membros das corporações de bombeiros de Arrifana, Lourosa e Feira. -----

Este regulamento deve:-----

Ter objetivo definir, no âmbito das políticas sociais do município, um conjunto de direitos e regalias inerentes ao exercício de voluntariado nos Corpos dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira e respetivos corpos gerentes; -----

Definir como bombeiro voluntário todos os indivíduos que integrem as Corporações dos Corpos de Bombeiros e que constem dos Quadros de Comando, Ativo, Oficiais de Bombeiros, Bombeiros Especialistas, Honorário, Cadetes e Infantes, e como corpos gerentes os indivíduos que façam parte dos respetivos corpos gerentes estatutariamente instituídos; -----

Define ainda como direitos reconhecidos dos indivíduos acima referidos:-----

- a) Beneficiar do seguro contra acidentes pessoais, celebrado e pago pela Câmara Municipal, para os casos previstos na lei; -----
- b) Prioridade na atribuição de habitação social promovida pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, quando em igualdade de condições sociais e de candidatura com outros candidatos; -----
- c) Prioridade, em igualdade de condições profissionais e sociais e de candidatura com outros candidatos, ao emprego na Câmara Municipal;-----
- d) Prioridade na atribuição de bolsas de estudo, nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior de Residentes no Concelho de Santa Maria da Feira, desde que em igualdade de condições sociais e de candidatura com outros candidatos; -----
- e) Isenção no pagamento de taxa das licenças de construção, beneficiação e ampliação de casa para habitação própria e permanente, incluindo anexos e garagens (exceto construção de piscinas); -----
- f) Aplicação de um desconto, de 30% na tarifa de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, em habitação permanente (própria ou arrendada); -----
- g) A autarquia, em tempo útil, oferece todos os manuais, até ao 12.º aos filhos dos bombeiros, das corporações do Concelho de Santa Maria da Feira; -----
- h) Os bombeiros e suas famílias têm acesso gratuito aos Pavilhões Municipais e aos



- espetáculos culturais; -----
- i) Receber apoio inicial para o encaminhamento jurídico em processos motivados por factos ocorridos no exercício das suas funções; -----
- j) Acesso gratuito às piscinas municipais, em regime livre, sem prejuízo do respeito pela lotação prevista; -----
- l) Ser agraciado com distinções honoríficas por serviços relevantes e extraordinários prestados à causa dos Bombeiros, por atos de coragem e abnegação no salvamento de pessoas, animais ou bens e ainda pela assiduidade revelada por um serviço efetivo com exemplar comportamento e dedicação: -----
- m) O agregado familiar dos bombeiros falecidos em serviço tem direito a apoio jurídico e administrativo gratuito em processos de carácter social, decorrentes da morte do bombeiro. ----
- Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 3 de novembro de 2016, recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----
- A elaboração do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos ao Bombeiro Voluntário no concelho de Santa Maria da Feira nos termos acima referidos.” -----

-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que, aludindo à moção apresentada pelo PSD sobre a Linha do Vouga, disse que, para o grupo municipal do PS, foi importante a alteração de um dos parágrafos da moção, nos termos referidos pelo membro Rui Ribeiro. -----

Salientou que, num documento político do género, não se vota somente as conclusões mas também os pressupostos que servem de base para as mesmas, ressaltando que, no entendimento do grupo municipal do PS, o texto do parágrafo que acabou por ser substituído não era correto porque parecia ter como único objetivo dar caneladas no atual governo, em vez de salientar a importância da Linha do Vouga para toda a Região. -----

Referiu não poder esquecer-se que o anterior governo era de maioria absoluta do PSD/CDS-PP e que tinha na mesma cor política todas as câmaras envolvidas por este projeto, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira, pelo que estavam reunidas todas as condições políticas para que a requalificação e modernização avançasse, mas que tal não se verificou, frisando que seria completamente incongruente o PSD estar agora, através da moção, a criticar o atual governo por não avançar com esse projeto. -----

Disse ser um projeto fundamental para alavancar as capacidades competitivas da Região,

-----



acrescentando que, inclusive, ficou por dizer na moção que existem outros fatores relevantíssimos para o projeto de modernização da Linha do Vouga, como a eletrificação, as questões da segurança, a questão da sustentabilidade ambiental, a substituição do transporte rodoviário pelo transporte ferroviário, entre muitos outros. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Daniel Gomes referiu que o projeto, em termos financeiros, tem pernas para andar e que é vontade do grupo municipal do PS que avance o mais cedo possível. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por, em relação à moção apresentada pelo PSD sobre a Linha do Vale do Vouga, dizer tratar-se de uma Linha bastante interessante, com uma história bastante rica que já conta com 160 anos, comentando também ser interessante que a conclusão do pagamento da dívida dessa Linha só tivesse ocorrido no ano 2000. -----

Realçou o potencial que tem a Linha, principalmente na extensão a par do Rio Vouga, o que levou à decisão da criação um comboio histórico a par do rio, entre Aveiro e Sernada do Vouga. Salientou que embora a zona entre Espinho e Albergaria-a-Velha não tenha esse potencial turístico, tem o potencial do transporte de pessoas, realçando que tem um potencial urbano muito maior do que tem, por exemplo, a linha que liga Aveiro e Viseu. -----

Referiu que o potencial do transporte de pessoas sempre existiu mas que o PSD nem sempre se importou com isso, salientando que apesar do crescimento urbano verificado no Concelho de Santa Maria da Feira, a Linha do Vale do Vouga foi sempre um parente pobre e nunca foi prioridade para o Município, comentando que o anterior Presidente da Câmara, apoiado pelo PSD, andou durante vários anos a dizer que a Linha do Vale do Vouga não era prioridade. -----

Salientou que, por isso, não deixava de ser interessante verificar que o PSD de Santa Maria da Feira, nos últimos dois anos, tenha votado favoravelmente um documento sobre o assunto que foi apresentado por outra força política, bem como tenha ele próprio apresentado, nesta sessão, um documento para revitalizar a Linha do Vouga, quando durante os quatro anos antecedentes, em que o PSD estava no governo, nada havia feito pela revitalização da mesma. Disse não deixar de ser interessante que o PSD esteja a pedir, por exemplo, o aumento da bitola da Linha do Vouga quando nunca fez nada para aumentar as condições de segurança da Linha, quando ignorou por completo as estações da mesma e quando nunca teve em



consideração os transportes públicos em ligação com a Linha do Vouga, fazendo sobressair que a história da Linha do Vouga tem sido, em Santa Maria da Feira e nos últimos 30 anos, uma história triste. -----

Informou que a CDU é coerente e quer a revitalização da Linha do Vouga, pelo que iria votar favoravelmente a moção, ressaltando, contudo, não acreditar que tal revitalização aconteça pelo aumento da bitola mas sim pela modernização das infraestruturas, para que se tornem mais sustentáveis e seguras, convidando os deputados municipais a visitarem a estação de Santa Maria da Feira para tirarem as suas conclusões. -----

Disse, em relação à recomendação do BE sobre a criação de regulamento municipal de concessão de direitos ao Bombeiro Voluntário no concelho de Santa Maria da Feira, que a apresentação da mesma é oportuna até porque foi aprovado, na última sessão da Assembleia Municipal, um voto de louvor aos bombeiros do Concelho. -----

Salientou que a CDU é favorável à criação de legislação para compensar os bombeiros pelo trabalho voluntário que desempenham mas que, apesar disso, entende que o documento em questão é, na sua essência, excessivo para aquilo a que se compromete, pelo que se iria abster. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que, começando por referir-se à recomendação sobre a criação de regulamento municipal de concessão de direitos ao Bombeiro Voluntário no concelho de Santa Maria da Feira, deu nota que o grupo municipal do PS é inteiramente favorável à criação de benefícios para aqueles que se dispõem a colocar a vida em risco pelo bem dos outros. -----

Frisou que o grupo municipal do PS entende que deve ser encontrada uma forma para beneficiar o empenho dessas pessoas, mas que não pode ser contemplada a hipótese de se entrar num concurso para ver quem dá mais, considerando que é preciso haver justiça, equilíbrio e realismo para não transformar uma justiça em injustiça. -----

Referiu que a lista de benefícios que é preconizada no documento não contempla o que daí pode advir, comentando que tais benefícios podem gerar alguma injustiça relativa e que, por isso, o grupo municipal do PS se iria abster nesta matéria. -----

Relativamente à recomendação sobre os passadiços das Ribeiras salientou que o grupo municipal do PS está inteiramente de acordo com as melhorias e, até, com o prosseguimento dos passadiços. Disse, a propósito, que é preciso resolver definitivamente os problemas que



resultam das descargas da ETAR de Fiães, que são feitas diretamente para a ribeira, frisando ser preciso cessar com esse crime ambiental para devolver à população o ambiente saudável que se deseja. -----

Sobre a criação da Provedoria do Município Sénior disse que essa recomendação tem, também, a total concordância do grupo municipal do PS porque considera que, numa população cada vez mais envelhecida, é muito relevante que haja alguém atento a essa realidade para garantir que os mais idosos tenham a dignidade e o tratamento que merecem, ao longo e no final da sua vida. -----

*Entraram os membros Moisés Ferreira, Serafim Guimarães e Eduardo Rocha.*-----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, começando por aludir à moção sobre a inclusão da Linha do Vale do Vouga no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020, disse considerar que essa estrutura tem efetivamente estado, no Concelho, um pouco esquecida, mas que também percebe que compete à CP – Comboios de Portugal e à Infraestruturas de Portugal desenvolver todas as diligências para a melhoria da referida Linha, e não à Câmara Municipal. -----

Referiu ser preciso pensar nessa estrutura de várias formas, desde logo pelas potencialidades que ela traz para o Concelho e para a Região, não apenas no transporte de pessoas mas, também, noutra tipo de potencialidades relevantes e importantes. Disse haver, no País e na Europa, muitos exemplos de viabilidade deste tipo de estruturas que, com séculos de existência e tendo sido bem aprimoradas e trabalhadas, têm grande relevo em termos turísticos e são uma forma de desenvolver essas regiões. -----

Salientou que o aspeto do turismo na região do Vale do Vouga é relevante, realçando que se o mesmo for bem trabalhado e estruturado poderá potenciar novas soluções não só para Santa Maria da Feira como para os restantes concelhos envolvidos, pelo que iria votar claramente a favor da moção. -----

Em relação à recomendação sobre o Prémio Professora Doutora Maria Joaquina Damas, disse ter sido uma pessoa que marcou o Concelho, que marcou a sua freguesia, Paços de Brandão, e que efetivamente deixou obra. Referiu tratar-se de alguém que merece toda a consideração e respeito e cuja memória deve ser valorizada, salientando que todos aqueles que elevam o



Concelho e o nome das suas terras merecem esse reconhecimento, pelo que também iria acompanhar essa recomendação. -----

Sobre a recomendação pela melhoria nos passadiços das Ribeiras disse que a mesma também merece a sua aprovação, salientando que o CDS-PP concorda com tudo aquilo que possa ser feito e melhorado em termos ambientais, e noutras perspetivas também, sublinhando que quanto mais capacitadas forem essas estruturas mais benéficas serão para a comunidade. -----

Quanto à criação da Provedoria do Múncipe Sénior disse que, de facto, as pessoas idosas merecem uma atenção especial, realçando conhecer bem a realidade da Saúde e que, nessa medida, podia dizer que o concelho de Santa Maria da Feira não é o que se encontra em pior estado, ressaltando existir na Região situações profundamente piores, mesmo em relação àquilo que é a interferência e envolvimento das próprias câmaras municipais nesta matéria. -----

Disse que o CDS-PP defende tudo aquilo que possa ser feito para incrementar uma nova visão para que a população em geral comece a ver os idosos de outra forma, destacando que foram os idosos que labutaram e trabalharam em prol do país do ontem e que propiciaram o caminho para o amanhã, pelo que também iria acompanhar essa recomendação. -----

Em relação à recomendação da criação do regulamento municipal de concessão de direitos aos Bombeiros Voluntários do Concelho salientou que, no entendimento do CDS-PP, existem algumas considerações que poderiam ser perniciosas na sua legalidade e na sua aplicação e que poderiam levar a que outro tipo de estruturas, que também exercem a sua atividade na área do voluntariado, se sentissem minorizadas ao ver o seu esforço não ser reconhecido da mesma forma. Disse entender que essa temática deve ser trabalhada e aprimorada e que não deve ter como foco apenas os bombeiros mas, eventualmente, todas as associações ou entidades que labutam na área do voluntariado, para que a equidade possa estar presente e ninguém se sinta minorizado. Concluindo, o membro Válder Amorim deu nota que não iria acompanhar essa recomendação. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por esclarecer o membro Filipe Moreira de que a requalificação da Linha do Vale do Vouga nunca foi prioritária para o Executivo Municipal a expensas do próprio Município mas que, agora, estava em causa o aproveitamento de fundos comunitários que o governo podia fazer para concretizar essa requalificação. Reafirmou que caso fosse a expensas do Município teria de ser questionado se





esse dinheiro não seria melhor aplicado noutras situações mais urgentes. -----

Em relação à recomendação sobre os bombeiros voluntários disse considerar inacreditável que seja o BE a apresentá-la quando é o próprio BE a desvalorizar e a não acreditar no voluntariado quando diz, bem alto, que todo o trabalho tem que ser pago. Frisou que, ao contrário do BE, é um defensor do voluntariado, que respeita muito os bombeiros, que é sócio dos bombeiros há muitos anos e que já os ajudou muito, mas que, apesar disso, é da opinião que é preciso medir muito bem as decisões antes de as tomar. Disse, nesse âmbito, que não se pode colocar um dirigente de uma associação de bombeiros acima de outros que trabalham gratuitamente para manter bem vivas e atuantes muitas associações de intervenção social que, felizmente, existem no Concelho. -----

Recordou que o Decreto-Lei n.º 241/2007, republicado pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, já define o estatuto social do bombeiro, acrescentando que algumas das regalias propostas na recomendação são redundantes, que já estão contempladas nesse estatuto social, fazendo ainda notar que a Câmara, por exemplo, já paga o seguro dos bombeiros e já tem protocolos celebrados com as três associações de bombeiros existentes no Concelho. -----

Referiu que, por outro lado, outras propostas são absolutamente ilegais, como a questão da prioridade no emprego na Câmara Municipal, pelo que considerava que não valia a pena estar a gastar mais latim em torno dessa recomendação, comentando ser fácil para o BE atirar para o ar e querer mostrar que quer dar mais do que aquilo que já é dado, que o difícil é ter, depois, de encaixar as críticas. -----

Sobre a recomendação da criação da Provedoria do Município Sénior referiu que o trabalho que se propõe que essa provedoria faça já é feito pela Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida da Câmara Municipal, em colaboração com todas as instituições concelhias, entre as quais as IPSS, comentando que o trabalho que está a ser feito está a funcionar muitíssimo bem, e melhor do que nunca, pelo que considera que essa provedoria seria uma redundância. --

Quanto à recomendação sobre as melhorias dos passadiços das Ribeiras disse que algumas das propostas são perfeitamente ridículas, pelo que o grupo municipal do PSD a votava contra. Disse que a limpeza das margens é necessária e que, naturalmente, está a ser feita, acrescentando, quanto à proposta de criação de instalações sanitárias, que as mesmas ficariam ao abandono e seriam vandalizadas, pelo que seria preciso ter ali um funcionário a toda a hora, dizendo considerar desnecessário fazer um investimento que, depois, não vai ter



utilidade durante muitas semanas do ano. Referiu ainda que querer colocar-se, num espaço natural como é aquele, um jardim-de-infância é o mesmo que querer colocar um pássaro na gaiola no meio da floresta. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão disse, a respeito da recomendação para a criação de um prémio literário designado por Prémio Professora Doutora Maria Joaquina Damas, que a Câmara Municipal ao criar esse prémio teria, para ser justa, de criar uma série de prémios literários em homenagem a muitas outras pessoas que, na Cultura e nas Artes, o Concelho tem em muita abundância, pelo que o grupo municipal do PSD iria votar contra a recomendação. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por, aludindo à moção sobre a Linha do Vouga, dizer que a apresentação dessa moção por iniciativa do PSD é a prova de como o PSD é muito mais útil, pelo menos a nível nacional, na oposição do que no poder, comentando que quando o PSD estava no governo não havia pressão do grupo municipal do PSD, nesta Assembleia, para que a Linha do Vouga fosse revitalizada. Recordou que foram apresentados, em 2012 e em 2014, vários projetos na Assembleia da República para a reabilitação da Linha do Vouga, inclusive por iniciativa do BE, e que esses tiveram sempre o voto contra do PSD, reafirmando que foi preciso o PSD passar para a oposição, a nível do governo, para passar a reconhecer a importância deste projeto. -----

Referiu que o BE sempre se bateu pela requalificação da Linha do Vouga em toda a sua extensão, pelo que, coerentemente, iria votar favoravelmente a moção, salientando que com tal voto o BE estava a deixar um compromisso para com a população de que vai continuar a defender o que sempre defendeu, como seja a mudança de bitola, a eletrificação, a mudança e a modernização do material circulante, a adaptação dos horários às necessidades das pessoas, bem como a correção de algum do traçado da Linha. -----

Sobre a recomendação apresentada pelo PS disse que o BE acompanha a ideia de haver um prémio literário no Concelho mas que, porém, não acompanha tanto a designação que é proposta, salientando ser da opinião que, primeiramente, deveria ser discutido o prémio em si, o seu modelo e formato e, depois, ser decidida a respetiva designação. -----

Em relação a algumas das considerações feitas sobre as recomendações da iniciativa do BE disse, aludindo à relacionada com os passadiços das Ribeiras, que em lado nenhum do



documento é proposta a criação de um jardim-de-infância, mas sim de um parque infantil, frisando que, sendo coisas tão diferentes, tal poderia até levar o grupo municipal do PSD a querer alterar a sua orientação de voto. -----

Quanto à recomendação sobre os bombeiros recordou que na última sessão da Assembleia Municipal foi aprovado, por unanimidade, um voto de louvor aos bombeiros e que, agora, o propósito do BE é materializar esse voto porque entende que ficar pelas palavras é muito pouco. Salientou que nada do que consta no documento foi inventado e que basta olhar para alguns municípios próximos, como Ovar e São João da Madeira, para perceber que muitas das medidas propostas constam dos regulamentos que têm esses municípios, acrescentando que não consta que haja ilegalidades por esses regulamentos estarem em vigor, que o que consta é que esses municípios levam um pouco mais à prática o louvor que fazem aos bombeiros.-----

Esclareceu que quando o BE diz que para um trabalho permanente é preciso um contrato de trabalho, o que está a fazer é a atacar o falso voluntariado, o uso abusivo que existe do voluntariado, dizendo que só os de má-fé é que fazem de conta que não entendem isso.-----

Sobre a recomendação poder, com o que propõe, fazer alguma diferenciação entre aquilo que são os bombeiros e os voluntários de outras instituições do Concelho, disse ser preciso reconhecer que a própria realidade da atividade de bombeiro faz essa diferenciação, comentando que não são muitas associações nem muitos os voluntários que têm de ter a disciplina e a predisposição de correr risco de vida como têm os bombeiros. Frisou que ser bombeiro é um tipo de voluntariado diferente, que é uma atividade diferente que deve ser reconhecida como tal, salientando que não se propõe fazer uma hierarquização mas sim o reconhecimento da realidade como ela é.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira destacou que se a realidade é diferente entre tipos de voluntariado e se é diferente entre pessoas que fazem voluntariado, a política municipal deve acompanhar e deve reconhecer essa diferença.-----

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) pediu a palavra para, a propósito da recomendação que apresentou para a criação do Prémio Professora Doutora Maria Joaquina Damas, dizer não compreender que agora que o grupo municipal do PS tomou a iniciativa de trazer a esta Assembleia uma proposta sobre alguém que realmente esteve muito ligada ao desenvolvimento educativo e cultural do Concelho, se diga que não vão acompanhar a



recomendação porque teriam que ser criados muitos outros prémios a homenagear muitas outras pessoas. Apelou, então, para que aparecessem esses nomes mas que não se deixasse cair o nome da Professora Doutora Maria Joaquina Damas, destacando que estava a ser proposto algo que é honroso para alguém que realmente fez muito pelo concelho de Santa Maria da Feira. -----

Disse que gostava que ficasse bem claro que o PS estava a querer ser justo e a querer honrar e perpetuar quem tanto fez pelo Concelho, ao nível da Educação e da Cultura. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que disse que, mediante o proferido pela Lia Ferreira, queria dar um exemplo e lembrar o nome do Dr. António Joaquim Vieira, realçando o alcance do trabalho realizado pelo mesmo no Colégio de Santa Maria de Lamas. Salientou que ninguém se lembrou de defender o Dr. António Vieira nem de criar um prémio com o seu nome, comentando que o prémio que lhe quiseram dar foi o de tentar assassinar o Colégio de Santa Maria de Lamas. -----

Usou novamente da palavra a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que salientou que ao falar-se da Professora Doutora Maria Joaquina Damas está-se a falar de alguém que criou e dirigiu vários organismos, e não de alguém que geriu um colégio privado, realçando que apesar do Dr. António Vieira lhe merecer todo o respeito e de ver nele toda a qualidade, entende serem situações muito diferentes. -----

Destacou ser preciso discutir os assuntos com justiça, sem tentar atirar areia para os olhos, salientando que não se pode comparar alguém que criou um sistema educativo com alguém que fundou um colégio, comentando, no âmbito do Colégio de Lamas, que para além do Dr. António Vieira existiram outras pessoas, inclusivamente aquelas que investiram para que o Colégio pudesse existir. -----

Posto isto, a *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* chamou a atenção de que, em relação à moção do PSD, a Mesa aceita a alteração ao teor do 3.º parágrafo da mesma, nos termos referidos pelo proponente da mesma, Rui Ribeiro, pelo que esse parágrafo passa a ter a seguinte redação: “Apesar de ser uma pretensão antiga, e por todos defendida, lamentamos que não tenha sido incluída pelo atual governo no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-  
-----



2020.” -----  
Seguidamente, passou a submeter a votação os documentos em questão, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção apresentada pelo membro Rui Ribeiro (PSD) intitulada “Inclusão da Linha do Vale do Vouga no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020, para permitir a sua modernização e requalificação com o objetivo de a ligar diretamente à Linha do Norte”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação do membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Melhorias nos Passadiços das Ribeiras”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 15, CDU, BE, CDS-PP), 27 votos contra (PSD: 26, IND.) e 5 abstenções (PSD: 3 – Juliana Rocha, António Valdemar Ribeiro e Armando Teixeira, PS: 2 – Maria Isabel Valente e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação do membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Criação da provedoria do Município Sénior”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS: 16, CDU, BE, CDS-PP), 30 votos contra (PSD: 29, IND.) e 1 abstenção (PS – Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação do membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Criação de Regulamento Municipal de Concessão de Direitos ao Bombeiro Voluntário no concelho de Santa Maria da Feira”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 votos a favor (BE), 31 votos contra (PSD: 29, CDS-PP, IND.) e 18 abstenções (PS: 17, CDU), rejeitar a recomendação em



epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- *Recomendação apresentada pelo membro Lia Ferreira (PS) intitulada "Prémio Professora Doutora Maria Joaquina Damas"*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS: 17, CDU, CDS-PP), 29 votos contra (PSD) e 2 abstenções (BE, IND.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
*Entrou o membro Márcio Correia.*-----

*Saiu o membro Valdemar Silva.*-----

-----  
De seguida, a *Sra. Presidente da Assembleia em exercício*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra à deputada municipal Margarida Gariso.-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por recordar que esta Assembleia Municipal, na sua sessão realizada no dia 14 de fevereiro de 2014, aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Albino Aroso Ramos, no qual se propunha a atribuição do seu nome à rotunda em frente ao Hospital São Sebastião. Questionou à Câmara em que estado se encontra a concretização dessa deliberação.-----

Referiu que a segunda questão vinha na sequência de um acidente ocorrido, no passado dia 30 de setembro, na passagem de nível sem guarda junto ao antigo hospital de São Paio de Oleiros, do qual resultaram quatro feridos. Disse que, entretanto, essa passagem de nível foi encerrada no dia 28 do mês de outubro findo, questionando se a Câmara foi informada disso pela Infraestruturas de Portugal e que diligências estavam a ser efetuadas para garantir o cumprimento do protocolo celebrado com a REFER, em 2008, que determina que, na supressão de passagens de nível, sejam contempladas alternativas ao trânsito.-----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que disse que o BE teve conhecimento que alguns consumidores receberam faturas da Indaqua com valores absurdos, na ordem das muitas centenas de euros e, nalguns casos, de milhares de euros, salientando que tais valores só podiam estar errados até porque estava-se a falar de famílias constituídas por 2 ou 3 pessoas. Realçou que tal situação causa muita angústia, principalmente às famílias com pouca literacia para ler uma fatura, comentando que, provavelmente, muitas delas até optam por pagar tais quantias porque não querem ter problemas com a Indaqua. -----

Questionou se a Câmara Municipal tem conhecimento dessa situação, se sabe informar se tais erros de faturação da Indaqua são comuns e o que faz para fiscalizar essa matéria, fazendo notar que o BE tem algumas dessas faturas em seu poder e que só não as distribuiu por nelas conter dados pessoais, mas que as poderia fazer chegar à Câmara, omitindo esses mesmos dados pessoais, para que esta pudesse desenvolver as diligências necessárias. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, aludindo à questão colocada pela deputada municipal Margarida Gariso sobre a designação da rotunda em frente ao Hospital São Sebastião, disse não se recordar dessa deliberação tomada pela Assembleia Municipal em 2014, na qual se propunha dar a essa rotunda o nome do Dr. Albino Aroso Ramos. -----

Referiu que o Hospital resultou de uma vitória coletiva, de uma luta que demorou mais de 50 anos e que envolveu muitas pessoas, ressaltando que seria injusto, para todas as muitas pessoas que trabalharam para que o Hospital fosse uma realidade, estar a distinguir alguém. Disse considerar, até por respeito a todas essas pessoas, que se deve manter o nome de rotunda do Hospital, pelo qual é conhecido, por ser o que mais se adequa àquele espaço, ressaltando ser essa a sua opinião mas que estava aberto a discutir esse assunto. -----

Sobre a passagem de nível sem guarda em São Paio de Oleiros informou que, de facto, foi trocada correspondência entre a Infraestruturas de Portugal, SA e a Câmara Municipal no âmbito dessa matéria, confirmando que a intenção é encerrar aquela passagem porque ela tem um grande nível de sinistralidade, dando ainda nota que vão ser estudadas as alternativas de atravessamento naquele ponto. -----

Em relação ao protocolo que a Câmara celebrou com a REFER em 2008, deu nota que foram automatizadas algumas passagens de nível sem guarda e que outras foram encerradas, tendo sido criados alguns caminhos alternativos. Disse haver duas situações que ainda não foram



resolvidas devido ao investimento e às expropriações envolvidas, mas que estão a ser acompanhadas pelo Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, reafirmando que a intenção é o encerramento ou a automação das passagens de nível sem guarda. -----

Sobre a questão relacionada com as faturas da Indaqua, colocada pelo membro Moisés Ferreira, disse que a Câmara não tem conhecimento de toda a correspondência que a Indaqua troca com os seus clientes. Referiu que se há erros na faturação então que as pessoas devem, naturalmente, reclamar, informando que a Câmara tem um gabinete de defesa do consumidor, o CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, que é especializado no apoio às pessoas em tudo o que respeita ao consumo, recomendando a tais pessoas que se dirijam ao CIAC em busca de auxílio para resolver essas situações. -----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) pediu novamente a palavra, tendo dito que se há uma deliberação tomada pela Assembleia Municipal, por unanimidade, ela tem de ser cumprida. Referiu que a questão que o Sr. Presidente da Câmara agora colocou deveria ter sido colocada na altura e aprovada em conformidade, fazendo sobressair que a Assembleia Municipal é soberana e que se tomou uma deliberação, ela tem que ser cumprida. -----

Interveio novamente o *Sr. Presidente da Câmara* que reafirmou que, efetivamente, não se recorda dessa deliberação mas que a mesma será analisada pela Câmara, comentando que todas as deliberações são para ser respeitadas mas que também há deliberações que anulam outras anteriormente tomadas. -----

Reafirmou que apenas quis transmitir à Assembleia Municipal a sua opinião e que entende que a mesma tem alguma razoabilidade, mas que a deputada municipal Margarida Gariso tem o direito de achar que a opinião que transmitiu não é razoável. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

##### 1 – Ata N.º 17 – Sessão Ordinária de 9 de setembro de 2016 -----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a apreciação dos Srs. membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer a discriminação do sentido de voto de cada grupo ou deputado municipal – como estipula o artigo 42.º do Regimento em vigor –, dizendo que os membros que se iriam abster o





fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. --  
Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, a Sra.  
Presidente da Assembleia em exercício submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor e 5 abstenções (José  
Castro, Carla Adriana Pinto, Armando Teixeira, Maria Valente e Manuel Jacinto Moreira),  
aprovar a Ata N.º 17, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 9 de setembro  
de 2016.-----

## **2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** -----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em referência, constante  
do V Relatório de 2016, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se  
sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem  
das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento  
oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor  
se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –  
submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra  
relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia em exercício passou para o  
ponto seguinte da Ordem do Dia, dado o presente assunto não exigir qualquer votação, tendo  
a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

## **3 – Criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, por destaque do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo** -----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em  
seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos  
esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 27 de outubro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Acompanham a deliberação em referência os documentos a que a mesma se refere – Comunicação do Senhor Ministro do Ambiente, Projeto de Decreto-Lei e seus anexos, Proposta de Contrato de Concessão e seus anexos, Proposta de Acordo Parassocial – cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por recordar que o tema já havia sido discutido por esta Assembleia Municipal e que, nessa altura, todos concordaram que a situação era lesiva para os interesses de Santa Maria da Feira, bem como para os interesses de outros municípios.-----

Referiu que independentemente de a situação ter resultado de uma decisão do anterior governo, de coligação do PSD e do CDS-PP, isso não quer dizer que o CDS-PP, em termos municipais, não entenda que a visão tida pelo governo poderá nem sempre ser do interesse do Município e dos feirenses, salientando que, muitas vezes, é preciso ir contra aquilo que são as intervenções centrais dos partidos porque aquilo que defendem em Lisboa não é o melhor.-----

Disse que, nessa medida, lhe aprazia registar o que foi feito, nessa altura, na tentativa de defender os melhores interesses de Santa Maria da Feira e dos seus cidadãos, indo contra uma deriva de um governo que tinha a participação do PSD e do CDS-PP. Referiu ser importante destacar esse aspeto porque, muitas vezes, em muitos partidos políticos, há uma certa dificuldade de, tentando defender aquilo que são os interesses dos seus territórios e das suas populações, ir contra aquilo que são as missivas centrais dos mesmos partidos.-----

Concluindo a sua intervenção o membro *Válter Amorim* salientou que era esse bom exemplo que considerava importante relevar, destacando que seria excelente que outros partidos agissem de igual modo. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que a verdade é que o



anterior governo PSD/CDS-PP tinha uma obsessão pelas privatizações, e que a fusão de sistemas multimunicipais e o aumento do preço da água eram peças essenciais para o anterior governo privatizar a água em Portugal, nomeadamente a água “em alta”. -----

Frisou que era isso que estava a ser feito pelo anterior governo, em prejuízo dos consumidores, comentando que todas as privatizações resultam em prejuízo dos consumidores e em benefício dos especuladores. Salientou ser da mais elementar justiça voltar atrás nesse atentado que o PSD e o CDS-PP estava a fazer, a nível nacional, ao direito à água, como bem público e essencial, pelo que o BE acompanhava a pretensão do atual governo de voltar à forma anterior e, portanto, votava favoravelmente a proposta em discussão. -----

Disse que a proposta não resolve todos os problemas na temática da água, que apenas está em causa a água “em alta”, comentando que ainda se haveria de falar, muitas vezes, da distribuição da água “em baixa”, frisando que essa também deve estar livre dos interesses privados, dos interesses economicistas, chame-se Indaqua ou outro qualquer. -----

Concluindo, o membro Moisés Ferreira disse ser preciso dar um passo de cada vez, comentando que, mais tarde ou mais cedo, a água passará a ser totalmente e integralmente pública. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por realçar que o plano do anterior governo era o de também privatizar a água “em alta”, que não era uma questão de solidariedade dos sistemas mas sim torná-los mais caros e atrativos para os privados os passarem a explorar. Frisou que o princípio anterior nada tinha a ver com a solidariedade, ressaltando que somente agora há a introdução de alguma solidariedade, onde os sistemas que têm mais custos possam ser retribuídos, de alguma forma, pelos que têm menos custos. -----

Disse não poder deixar de se agradar com a posição da Câmara de ser, quanto à água “em alta”, a favor da água pública, mas que, por outro lado, não se podia congratular por a mesma Câmara ser, na água “em baixa”, a favor da água privada, questionando se tal mudança de opinião se devia a um rebate de consciência da Câmara em virtude da má experiência tida com a concessão da água a privados. -----

Sublinhou que tanto a água “em alta” como “em baixa” deve ser pública, comentando que o sistema “em baixa” até será mais relevante uma vez que há mais regulamentação para os sistemas “em alta” e, daí, mais controlo, fazendo sobressair que quando se concessionaria a água



“em baixa” deixa de haver controlo sobre a mesma.-----  
Referiu que a proposta em discussão é boa, que costuma dizer que as boas propostas não têm cor mas que não deixa de notar que esta tem uma tonalidade cor-de-rosa, apesar de preferir vê-la como uma proposta sem cor, dizendo ter ficado agradado ao ver o Sr. Presidente da Câmara aderir à mesma.-----

Realçou ainda que quando as coisas são feitas com atenção e em salvaguarda do interesse público são colocadas cláusulas para o efeito, comentando ter reparado que foi incluída uma cláusula para que, caso a Águas de Portugal (AdP) pretenda vender ações, os municípios tenham direito de preferência na compra, ressaltando que o contrato de concessão que a Câmara celebrou com a Indaqua Feira não contempla essa situação, quando o devia fazer. -----  
Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino reafirmou que a proposta sobre a qual a Assembleia Municipal é chamada a pronunciar-se é boa, que faz retornar a água aos municípios, e à Águas de Portugal, sublinhando que a água é um bem público pelo que deve permanecer na esfera pública. -----

-----  
Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por referir que o governo anterior, do PSD e CDS-PP, tinha como objetivo criar 5 mega sistemas de água “em alta”, com o objetivo maior de privatizar toda a água em Portugal, comentando que isso contrariava aquilo que está a ser feito na Europa, nomeadamente na Alemanha, na França e Inglaterra, que são as maiores economias da União Europeia.-----

Disse que Inglaterra tinha todo o sistema privatizado mas que percebeu que tal não era o melhor para Inglaterra e para os ingleses, até porque ao lado via o exemplo da Escócia, com um sistema de água e de saneamento totalmente público e com preços muito mais baratos, para além de não ter problemas de rebotamento de saneamento como tem Inglaterra, comentando que a cidade de Londres até é conhecida por esses rebotamentos. A propósito dos rebotamentos, convidou o Sr. Presidente da Câmara a ir visitar a freguesia de Fornos para ver os esgotos que correm a céu aberto naquela freguesia, informando que a CDU iria fazer chegar um requerimento sobre esse assunto, com fotografias do local em causa. -----  
Prosseguindo, disse que a CDU louva o processo de reversão do processo da privatização da água “em alta”, da reversão dessa ideologia, dizendo acreditar que este será o primeiro passo para a remunicipalização da água. Referiu que, porém, é entendimento da CDU que se poderia



ter ido muito mais longe e evitar erros anteriores, como manter a remuneração dos capitais próprios, salientando que tal contribui para a oneração das tarifas. -----  
Disse que, no entender da CDU, não faz sentido que entidades públicas queiram fazer lucro com bens essenciais como a água, daí sempre ter defendido que a água deve ser um bem público, e nunca privado. -----

Concluindo salientou que, relativamente ao contrato da concessão em discussão, não se percebe muito bem algumas questões, como a componente tarifária acrescida, como a prorrogação do prazo da concessão por mais 10 anos depender da vontade do concedente, ouvida a concessionária, e não da concordância dos municípios, bem como o referido sobre as garantias dos empréstimos existentes da Águas de Portugal, pelo que a CDU se iria abster na matéria em causa. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que, com exceção do membro Válder Amorim, do CDS-PP, os representantes dos outros partidos vieram falar de processos de intenções, de retóricas, questionando onde é que se pode chegar à conclusão que o objetivo do anterior governo era o de privatizar a água. -----

Referiu querer corrigir que não está em causa uma reversão, que as coisas não vão voltar ao que eram, mas que talvez se pudesse dizer que é um voltar atrás parcial. -----

Disse querer corroborar o proferido pelo membro Válder Amorim porque, também no seu entender, o que é de destacar é a posição que o Sr. Presidente da Câmara, e a Câmara, tomou desde o início do processo, defendendo os interesses de Santa Maria da Feira e indo contra a posição do então governo PSD/CDS-PP. -----

Frisou que tal posição acabou por vencer e que a coerência do PSD de Santa Maria da Feira reside aí, na defesa dos feirenses, comentando que, ao invés, quando está em causa a posição do PS a nível nacional, o PS de Santa Maria da Feira vira-se ao contrário e deixa para trás os interesses dos feirenses, salientando que o último exemplo disso verificou-se com o caso do Colégio de Lamas. -----

Concluindo a sua intervenção disse não se poder esquecer o caso do Colégio de Lamas, sublinhando que as famílias feirenses afetadas continuam a ser prejudicadas, com irmãos a frequentarem escolas em concelhos diferentes, estando a pagar caro por essa decisão do PS. ---  
-----



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos que entendesse necessários, começando por dizer não ser verdade que o anterior governo pretendesse privatizar a água, ressaltando que em momento nenhum do processo isso esteve em causa. -----  
Disse concordar com o membro Filipe Moreira quando diz que os sistemas de abastecimento de água não devem sequer remunerar os capitais acionistas dado que tal remuneração advém das tarifas, acrescentando que em Portugal tais sistemas são deficitários e têm prejuízos de centenas de milhões de euros, dando nota que o único sistema que remunerava os capitais acionistas do Estado era o sistema da Águas do Douro e Paiva, ao qual pertencia Santa Maria da Feira. -----

Explicou que a razão para isso prende-se com o facto do sistema da Águas do Douro e Paiva ter sido criado tendo por base os investimentos elevados que já haviam sido feitos pelos municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia, que permitiu à Águas do Douro e Paiva, apesar de praticar a tarifa mais baixa, ter dado lucros anuais na casa dos 3 milhões de euros e remunerar os capitais acionistas também na ordem dos 2 a 3 milhões de euros. -----

Disse que essa foi a razão pela qual discordou da decisão tomada pelo então governo da fusão dos sistemas multimunicipais porque, perante os défices de exploração e perante a dívida e os preços muito mais elevados dos sistemas do interior do País, os resultados obtidos pela Águas do Douro e Paiva iriam ajudar a pagar o défice de exploração dos outros sistemas. Fez notar que tal implicaria, em Santa Maria da Feira, num aumento do preço da água para 52 cêntimos, e a descida do preço para o sistema de Trás-os-Montes e Alto Douro, para a tarifa ir para o mesmo valor. Frisou que para uns aumentava o preço e para outros diminuía, mas que nunca esteve em causa a privatização da água. -----

Disse achar importante realçar que a água, em Portugal, é pública, que não há água privada em Portugal, mesmo a que corre nas pequenas linhas de água, destacando que as margens podem não ser públicas mas que a água é pública. -----

Sobre a questão da cláusula que permitia aos municípios voltar a comprar as ações, no sentido de se tornarem maioritários, salientou que isso é uma promessa que já existe há 20 anos, dando nota que estava previsto que o Estado sairia do sistema da Águas do Douro e Paiva e passaria a sua participação para os municípios, e que tal aconteceria, segundo disse recordar, no ano de 2026. Referiu que tal não irá acontecer até porque, agora, há um prolongamento da concessão, ressaltando, contudo, que também pode dar-se o caso de um decreto-lei ser



revogado por um outro, ou seja, que as garantias são o que são.-----  
Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara fez notar que, em Santa Maria da Feira, não se coloca a questão da compra do sistema à Indaqua porque quando terminar o prazo da concessão todas as infraestruturas passam para a posse do Município, pelo que o Município não iria comprar o que lhe pertence. -----

-----  
Interveio novamente o membro *Sérgio Cirino* (PS) que, na sequência dos esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente da Câmara, referiu ser público que estava a ser preparado pelo então Sr. Ministro Moreira da Silva a privatização da Águas de Portugal, comentando que tal situação talvez tivesse passado despercebida ao Sr. Presidente da Câmara. Sobre isso disse que gostava que o Sr. Presidente da Câmara lhe dissesse quem é o principal acionista desses sistemas multimunicipais de abastecimento de água “em alta”. -----

Em relação à possibilidade da transmissão de capital para os municípios disse que mesmo que essa situação estivesse prevista, o governo do PSD eliminou-a quando fundiu os sistemas multimunicipais, salientando que só agora é que os municípios voltam a ter a possibilidade de adquirir capital, caso a Águas de Portugal pretenda aliená-lo. Questionou ao Sr. Presidente da Câmara se foi assim que se passou, ou não. -----

-----  
O *Sr. Presidente da Câmara* retorquiu que o membro *Sérgio Cirino* estava, uma vez mais, a insistir em algo que nunca viu em lado nenhum, de que a Águas de Portugal ia ser privatizada. Frisou que o Sr. Ministro várias vezes disse publicamente que não estava em causa nenhuma privatização, reafirmando não saber onde o membro *Sérgio Cirino* foi buscar essa ideia. -----

-----  
*Entrou, no decorrer da discussão deste assunto, o membro Gastão Valente Silva.*-----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 30, PS: 17, BE, CDS-PP, IND.) e 1 abstenção (CDU), -----

1. Dar parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal resultante da agregação de



sistemas e que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, tendo o novo sistema o mesmo âmbito do sistema municipal de captação, tratamento e abastecimento de água do sul do Grande Porto, criado pela alínea e) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, e extinto pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, e integrando os mesmos e seguintes utilizadores: Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia;-----

2. Dar parecer favorável à constituição, pelo mesmo decreto-lei, da sociedade concessionária da exploração e gestão do novo sistema, e à celebração com esta de um contrato de fornecimento, tudo nos termos previstos no projeto de decreto-lei; -----

3. Aprovar o Acordo Parassocial a celebrar entre todos os acionistas da Águas do Douro e Paiva, S.A., que visa regular algumas matérias relativas à sociedade, nos termos da proposta apresentada; -----

4. Uma vez publicado o decreto-lei acima referido, o Município desistirá do pedido formulado no processo judicial em curso, uma vez que nele não mantém, a partir daí, qualquer interesse; -

5. Confirmar a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, a (nova) Águas do Douro e Paiva, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos - por cisão da sociedade Águas do Norte, S.A., que foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio - cujo capital social de € 20.902.500,00 corresponde ao capital social da sociedade Águas do Douro e Paiva, S.A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 503537624 - extinta pelo referido Decreto-Lei n.º 93/2015 - capital esse integralmente subscrito e realizado nos mesmos termos da sociedade extinta, mantendo o Município de Santa Maria da Feira a mesma percentagem de capital que detinha na concessionária extinta, com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão.-----

#### 4 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2017 -----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o documento em epígrafe – distribuído, oportunamente, aos membros da Assembleia – e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----





O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 27 de outubro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia em exercício submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, IND., PS: 3 – Maria Isabel Valente, Ana Pires de Oliveira, e Maria Manuela Teixeira), e 16 abstenções (PS: 14, BE, CDU), aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2017 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Reentrou o membro Valdemar Silva.* -----

#### **5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2017**-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou os documentos em epígrafe – distribuídos, oportunamente, aos membros da Assembleia – e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 27 de outubro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que quando se fala no Plano fala-se na visão estratégica que a Câmara tem para o Concelho e, quando se fala no Orçamento, fala-se daquilo que é um exercício previsionar, que vai balizar essa capacitação de desenvolver esse mesmo plano estratégico. -----

Salientou que a visão do CDS-PP, no início do mandato, era que o Concelho não poderia viver como outrora viveu e que prova disso foi o valor dos orçamentos entretanto elaborados, em comparação com os dos exercícios anteriores, destacando que a crise financeira global



impôs essa necessidade de rigor, de transparência, de boa gestão, de responsabilidade na utilização dos dinheiros públicos. Referiu que o gasto desmesurado que o País fez, durante alguns anos, nas autarquias e no poder central, obrigou a que as prioridades tivessem de ser diferentes. -----

Disse que, no entender do CDS-PP, essas prioridades passam claramente pela ação social, bem como pelo empreendedorismo, emprego e economia, considerando ser nesses setores que se tinha de fazer a diferença, cumulativamente com uma boa gestão e com um uso correto dos dinheiros públicos. Salientou que com o decorrer do mandato verificou-se que a Câmara, naquilo que foi a sua visão estratégica e as suas propostas, acompanhava essa visão do CDS-PP, ou seja, da necessidade em agir em consonância com aquilo que é o bem público, nomeadamente gerir convenientemente o dinheiro público. -----

Referiu que o CDS-PP se revê na postura transmitida por uma frase que consta dos documentos, que leu de seguida e que se passa a citar: “O rigor, a transparência e a sustentabilidade na gestão e a melhor aplicação dos dinheiros públicos constitui os princípios fundamentais das políticas municipais, pelo que o controlo da dívida e a seletividade da despesa continuam a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par do desenvolvimento social e económico.” -----

Salientou que se a Câmara continuasse a gastar desmesuradamente não teria diminuído a sua dívida, mas sim eventualmente aumentado, o que poderia levar o Concelho a estar entre aqueles que fazem parte da mancha negra da gestão autárquica nacional, dizendo concordar que é preciso ser seletivo no controlo da despesa e daquilo que são os vetores orientadores da estratégia para o Concelho. -----

Salientou, nesse âmbito, que seria pertinente percecionar o porquê de a anterior Câmara, apesar de ser do mesmo partido, não ter tido atuação similar à da atual, ressaltando que seria importante que essa discussão viesse, um dia, à tona. Referiu que o Concelho tinha uma dívida elevada e que, ao fim de 3 anos, verifica-se uma diminuição significativa da mesma, o que o leva a perceber que aquilo que eram os vetores centrais de orientação e da escolha da estratégia não eram, muitas vezes, os melhores, ou que eventualmente não resultaram da melhor forma. Disse ter a perceção de que, nos últimos 3 anos, a Câmara conseguiu ser mais seletiva naquilo que é realmente relevante para o Concelho, controlando e até diminuindo a dívida, e conseguindo fazer, em algumas áreas, muito mais com menos. -----



Referiu que uma área que exige uma atenção redobrada é a ação social, pelo que foi uma das 12 propostas apresentadas pelo CDS-PP para a elaboração do Plano e do Orçamento, comentando que a ação social continua a ser aposta da Câmara e a ser uma das áreas mais dinâmicas da gestão camarária, ressaltando que as funções sociais representam, pela classificação funcional, 51,01% da despesa da Câmara, onde se destaca as subfunções da educação, da habitação e serviços coletivos, e dos serviços culturais, recreativos e religiosos.-- O membro Válter Amorim prosseguiu dizendo que a Câmara mantém a necessidade no que diz respeito ao empreendedorismo, emprego e economia, mencionando que essa é também uma das propostas apresentadas pelo CDS-PP que entende ser urgente requalificar as zonas industriais, apostar em espaços temáticos e em construir acessos ajustados e motivadores ao investimento.-----

Nesse âmbito, disse que o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM) é uma estrutura que certamente vai alavancar o Concelho com novas soluções, e que o mesmo acontecerá em relação ao parque empresarial Lusopark, situado a norte do Europarque, onde a "Amy's Kitchen" preconiza instalar-se, frisando que, para o CDS-PP, tais estruturas são extremamente importantes porque incrementarão a empregabilidade. Lembrando que não compete à Câmara Municipal criar emprego frisou que, muitas vezes, é a custa de políticas dinamizadoras e apelativas, para que as empresas e os investidores se sintam cativados para investir no território, que se consegue o retorno do aumento da empregabilidade. -----

Realçou que, independentemente de todas as iniciativas que foram sendo desenvolvidas ao longo destes anos, é para o CDS-PP relevante a requalificação das zonas industriais, dizendo existir no Concelho uma panóplia de zonas industriais que, inclusive, viram a sua área duplicada, e que merecem outro tipo de intervenção porque só dessa forma o Concelho conseguirá ser ainda mais apelativo, mais interventivo e com efetivamente mais ganhos. -----

Referiu que uma outra estrutura fundamental é o Europarque, salientando que o CDS-PP continua a rebater que, independentemente daquilo que é a visão e a estratégia assumida pelo Município, a gestão do Europarque deve ser autónoma e ter uma qualificação diferente, sem com isto querer minorizar a capacidade e a capacitação da empresa municipal Feira Viva. -----

Disse que o mercado MICE, as indústrias criativas, da saúde, das tecnologias da informação e comunicação (TIC) são soluções mas que não podem ser as únicas, pelo que o CDS-PP cola muito ao desenvolvimento do Europarque o Parque da Cidade, por entender ser o sítio ideal



para desenvolver essa obra fundamental para o Concelho. Mencionou que os concelhos limítrofes já têm esse tipo de soluções e que Santa Maria da Feira está claramente atrasada nesta matéria, pelo que é importante que haja uma estratégia bem definida a esse respeito. -----  
Salientou, para terminar, que gostava de falar sobre outra situação relevante, a rede viária, destacando que essa é a aposta fulcral que o Concelho tem de assumir, onde tem de fazer mais e, eventualmente, melhor, isto se quer ser competitivo e apelativo ao investimento. -----  
Concluindo a sua intervenção o membro Válder Amorim disse ser urgente aprimorar a rede viária, ressaltando ser este o momento para o fazer até pela boa gestão que o Município fez e pela diminuição e controlo da dívida que conseguiu realizar, reafirmando que, na opinião do CDS-PP, a reabilitação da rede viária é o maior foco de interesse e de investimento que o Concelho carece. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“As opções do plano e orçamento para 2017, à semelhança de anos anteriores, espelham um conjunto de intenções vagas, que sem definição de metas, é irrealista nos resultados esperados. -----

Quanto à exigência, rigor, transparência na gestão, que tanto proclamam, isso não está espelhado nas vossas práticas, quando estão constantemente a fazer alterações e a adiar obras, com todas os custos e incómodos daí resultantes para as pessoas. -----

Este Plano e Orçamento, centra-se numa política de eventos, de palavras bonitas e da moda, principalmente estrangeirismos, como os clusters disto e daquilo, mas que se analisados, pouco ou nada significam de concreto ou palpável. -----

O Sr. Presidente da Câmara, não pode falar em investimento quando nos últimos três anos aquilo que fez foi simplesmente: cortar, cortar e cortar. Se fizermos as contas, são menos cerca de 11 milhões de euros de investimento comparativamente a 2014 e menos 25 milhões se comparado com 2013, ano de início de mandato. Onde está o investimento de que tanto fala, Sr. Presidente? -----

Precisamos de criar condições aos que já cá estão para alavancarem os seus negócios e dessa forma criarem novos empregos e atraírem novos investimentos. -----

Projetos com apoio de fundos comunitários, que visam aumentar a competitividade e o



emprego, a inclusão e coesão social, a requalificação urbanística, entre outros, continuam a ser ignorados. Estamos a três anos de se concluir o quadro comunitário Portugal 2020, e é doloroso verificar que devido à incapacidade na gestão autárquica desta Câmara Municipal, Santa Maria da Feira os seus munícipes, vão ficar para trás. -----

E não precisámos de ir muito longe para encontrarmos bons exemplos. Se espreitarmos aqui ao lado, no nosso concelho vizinho de São João da Madeira, graças a outra dinâmica na sua governação, conseguiram triplicar o investimento em apenas um ano. Essa seria certamente a atitude que deveríamos, com vista a dinamizar a economia local, a gerar emprego, a qualificar o nosso território e a melhorar a qualidade de vida das pessoas. -----

É esta a diferença entre os que fazem obra e os que fazem propaganda. -----

Analisemos os 3 eixos aposta deste executivo permanente. -----

Pilar 1 – Desenvolvimento Económico e Emprego -----

Vangloriam que a taxa de desemprego de 15% em 2013 ter baixado para 10% em 2016 mas tal aconteceu na generalidade do País, para além do executivo não demonstrar onde a sua ação direta foi capaz de gerar emprego no nosso concelho. -----

A requalificação das Zonas Industriais e do Parque Empresarial da Cortiça, em quase abandono, essenciais para manter e atrair mais investimento e emprego para o nosso concelho, para nós sempre defendida como sendo de intervenção prioritária, continua a ser mais uma promessa adiada deste executivo. -----

Quanto ao Europarque, continuamos sem saber que projetos, planos ou ações concretas vão ser desenvolvidos em 2017, para fazer face aos mais de 500 mil euros anuais de despesas fixas. -----

Relativamente ao Património Cultural do concelho esta Câmara Municipal prima por uma total ausência de estratégia ao nível da preservação, valorização e promoção do nosso património histórico. Disso sendo exemplo o Castro de Romariz e o Edifício da Malaposta de Sanfins que estão ao abandono, bem como a inexistência de um Arquivo Histórico Municipal, que já há muito deveria estar a trabalhar no terreno, com o objetivo de inventariar, registar, defender e promover a nossa memória coletiva. -----

Em matéria ambiental a situação é preocupante e para isso basta ver os leitos dos nossos rios para percebermos como e porque tal sucede. O caso do crime ambiental da ETAR de Fiães, da responsabilidade da Indaqua, não é caso único no nosso concelho e tal acontece porque na



verdade nunca foi criado um sistema de modernização e adequação de todas as zonas industriais e setores de atividade que produzem efluentes, poderem ser caracterizados e devidamente tratados, para que situações destas deixem de acontecer no nosso município. -----  
Quanto à proteção civil tal como por diversas vezes já aqui apresentamos várias recomendações (que são sucessivamente reprovadas pela maioria PSD) é urgente reforçar a política de prevenção contra incêndios, inundações, de segurança rodoviária e de proteção dos animais, através de reforço da equipa do Serviço de Proteção Civil e de uma efetiva política de prevenção e execução de planos de ação. -----

A nossa primeira preocupação tem de estar aqui, com a criação de condições para que os que cá moram e trabalham e investem durante 365 dias ao ano tenham qualidade de vida e não tenham de abandonar o território. -----

#### Pilar 2 – Coesão Social -----

A pretensa marca “concelho solidário”, continua a ser uma demagogia enquanto: -----

1. O valor do IMI continua a ser dos mais altos do país. Por isso continuam a subir as receitas do IMI, que em 2017 atinge o valor de cerca de 16,8 milhões de euros. A título de exemplo podemos referir que dos 19 concelhos do distrito de Aveiro o nosso concelho é o que tem a taxa de IMI mais elevada à exceção de dois que estão sob assistência financeira e por isso não podem baixar os impostos. -----

2. O IRS se encontrar fixado na taxa máxima de 0,5% (e não se pode alegar que a sua redução, como propôs o PS, beneficiaria apenas os mais ricos, quando a incidência de IRS ocorre a partir de 615 euros e 61% dos portugueses auferem menos de 900 euros mensais, os quais, ao contrário do que pensa esta maioria PSD, não são ricos). -----

3. O preço da taxa fixa de saneamento sofreu mais um agravamento em 2015 de 3,5 euros/mensais, resultado da 4.ª renegociação do contrato ruinoso celebrado com a Indaqua, e ainda se prevê maiores agravamentos na fatura da água e saneamento, depois de 2017. -----

Quanto ao Apoio às Associações Culturais, continuam a sofrer de atrofia, com a sua grande maioria a ser excluídas de apoios no âmbito do Plano de Apoio aos Projetos Culturais. A título de exemplo, dos 32 Ranchos Folclóricos Existentes no Concelho em 2016 apenas dois foram contemplados. -----

#### Pilar 3 – Rede Viária -----

Ao circular diariamente pela rede viária do nosso concelho percebemos que não há estratégia,



não há planeamento, nem gestão competente, como sempre defendemos, por isso as intervenções continuam a ser executadas a “olhómetro” e “zigzagueante”: com sucessivas interrupções durante a sua execução, incoerência na execução das obras e ausência da necessária informação aos munícipes, particularmente aos mais afetados com a intervenção, não comunicando as alternativas existentes à circulação nem o tempo de duração da obra. ----- Propusemos e defendemos a necessidade da existência de uma política de mobilidade e transportes concelhio onde o Centro Coordenador de Transportes, há tantos anos prometido, mas sempre adiado, terá de surgir a par com outros modos de transportes e uma rede viária articulada e coerente, tendo em conta um concelho de futuro, que desejamos mais limpo e ambientalmente mais sustentável. -----

As GOPS e Orçamento para 2017 mostram-nos que este executivo não mudou a sua orientação:-----

- A gestão continua a pautar-se por falta de rigor e transparência; -----
- Regista-se desinvestimento de cerca de 11 milhões de euros em relação a 2014 e menos 25 milhões em relação a 2013;-----
- Os contribuintes já pagam elevados impostos e são ainda mais sobrecarregados com o aumento dos custos de água e saneamento; -----
- Continua a recusar ouvir os seus munícipes, ignorando a vontade de muitos populares na criação de um orçamento participativo.-----

Este é um plano de continuidade, que mantém a austeridade, e é assente em intenções e palavras vazias destinadas a fazerem notícia, imagem de marca desta Câmara Municipal. -----

Desta forma, termino a minha intervenção lembrando que os desafios com que nos deparamos exigem respostas honestas e assertivas. É necessária uma visão estratégica de futuro que vise melhorar a qualidade de vida dos feirenses; gerar oportunidades de investimento e criação de emprego. É crucial ouvir as pessoas para que se sintam mais incluídas no trabalho a ser desenvolvido no nosso concelho, tornando-o cada vez mais chamativo, reafirmando a sua posição geográfica no mapa do País.” -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o Orçamento para 2017 contempla um aumento de 3 milhões de euros, explicado essencialmente pelo aumento das transferências correntes, designadamente pelo aumento das transferências de capital,



ressaltando que a verba a ser transferida do Orçamento de Estado aumenta cerca de 500 mil de euros e que o Programa Portugal 2020 contempla mais 2,4 milhões de euros, perfazendo os tais 3 milhões de euros.-----

Disse haver um fator que não é despiciendo e que, provavelmente, será o mais importante para perceber porque é que a Câmara Municipal insere, no Orçamento para 2017, alguns projetos e intenções que não serão realizados em 2017, fazendo sobressair que esse fator é que 2017 é ano de eleições autárquicas. -----

Referiu que depois de quatro anos a reduzir brutalmente o investimento no Concelho, em diversas áreas, como a área social, chega-se ao ano de 2017 e o Executivo Municipal, e o PSD, tem de arranjar forma de alimentar os jornais, mesmo que sabendo que é somente para anunciar e não propriamente para concretizar durante o ano de 2017. Disse parecer que 2017 será um ano pródigo em lançamento de primeiras pedras, comentando ser preciso esperar para ver se serão pedras parideiras ou se, terminado o ano, só lá estarão as primeiras pedras.-----

Salientou que, ainda assim, é justo dizer que entre os projetos que são anunciados há pelo menos dois com os quais o BE concorda totalmente, designadamente o investimento na Escola EB 2,3 de Fiães e o investimento na habitação social. Disse registar a inflexão da Câmara quanto à questão da habitação social, recordando que numa recente sessão desta Assembleia, em que o assunto foi debatido, o BE defendeu que era necessário um maior investimento na habitação social existente, bem como que era necessário haver mais habitação social e ter uma nova política social de habitação, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que a ambição da Câmara era que as pessoas pudessem construir as suas próprias casas, desvalorizando completamente a questão da habitação social. Referiu ter ficado agradado ao ver que essa discussão foi frutífera e ao ver, hoje, a Câmara Municipal reconhecer que é necessário fazer investimento na habitação social. -----

Ainda sobre esse investimento disse que o mesmo não pode passar somente por lavar fachadas e mudar caixilharias, que tem de ser um investimento nos espaços envolventes dos bairros sociais e tem de ser um investimento na transformação daquilo que é a política social de habitação. Reafirmou ser preciso mais habitação social mas não nos mesmos modelos de bairros sociais, destacando ser preciso uma diversificação e heterogeneização no tecido urbano em Santa Maria da Feira. -----

O membro Moisés Ferreira prosseguiu dizendo que se os projetos que mencionou têm o





acordo do BE, há muitos outros com os quais o BE não concorda e há muitas omissões no Plano e Orçamento que lhe parecem verdadeiramente pecaminosas. -----

Disse que quando, nos documentos, se fala de desporto fala-se essencialmente de relvados sintéticos e de pavilhões, salientando que aquilo que o BE entende sobre isso é que se não houvesse problema nenhum no Concelho então que tais relvados sintéticos podiam ser feitos, mas, havendo tantos problemas, considera um enorme desperdício gastar 100 mil euros em cada relvado sintético. -----

Referiu que o BE, ao ouvir falar de desporto, gostava de ouvir falar da requalificação dos espaços existentes de acesso livre para praticar desporto, como ringues de futebol, de basquetebol e outros, bem como da requalificação de espaços verdes onde as pessoas pudessem praticar atletismo e outros desportos, e que também gostava que a Câmara desenterrasse da gaveta um projeto que já prometeu e anunciou umas quinze vezes, que é o Parque Radical, destacando que o Concelho não tem infraestruturas dignas para aqueles que querem praticar desportos radicais. -----

Salientou que, da mesma forma, quando se fala de cultura não são mencionados muitos problemas, realçando que o programa de apoio às associações é um problema gritante porque veda o acesso a apoios à maior parte das associações de Santa Maria da Feira. Disse que também não é mencionado o problema que os jovens artistas, os jovens criadores e até os estudantes sentem em Santa Maria da Feira, que é uma total falta de apoio da Câmara Municipal quando querem, por exemplo, iniciar uma banda ou qualquer outro projeto. -----

Referiu que quando se fala da rede viária omite-se que a intervenção na rede viária deve ser acompanhada de uma intervenção na regeneração do espaço público. Frisou, nesse âmbito, que faltam passeios, que falta a arborização, que falta criar praças bem como espaços públicos de fruição, que são inexistentes na maior parte dos locais, sublinhando que tudo isso devia acompanhar a intervenção que está a ser feita na rede viária. -----

Disse, relativamente ao mencionado sobre o cluster da saúde e ao querer-se fazer crer que é muito positivo que algumas entidades privadas tenham escolhido o Concelho para se fixar, que se tal investimento fosse na área da investigação e em articulação com a Universidade do Porto ou com a Universidade de Aveiro e em articulação com as indústrias, então que nada tinha a opor. Frisou que o problema é que este investimento contempla a afixação de hospitais e clínicas privadas, a praticar medicina privada, acrescentando que a verdade é que nos



concelhos e distritos onde a saúde privada se fixou tal causou, nessas regiões, um enorme problema ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), dando como exemplo o verificado na região do Algarve. Salientou que os autarcas do Algarve achavam que era muito moderno ter clínicas privadas mas que, atualmente, o SNS no Algarve é dos piores do País porque as clínicas privadas colonizaram completamente o espaço do SNS, tendo inclusive ido buscar os seus profissionais, fazendo sobressair que é preciso ter cuidado quando se arvora dessa bandeira porque se pode estar a destruir o Serviço Nacional de Saúde no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Relativamente à Ação Social disse que são enumerados uma série de programas que a Câmara Municipal tem mas, ao analisar as respetivas verbas, percebe-se que não são suficientes para que tais programas funcionem e que não respondem verdadeiramente às necessidades do Concelho. Referiu constatar que a Ação Social representa 1,15% do Orçamento, que tem programas previstos como o Cuidar de Quem Cuida com uma verba de 1.150 euros, o Cartão Feira Sénior com 7.500 euros, o Plano Municipal de Prevenção de Toxicodependência com 25.000 euros, que para medidas de apoio a extratos sociais desfavorecidos estão previstos 15.000 euros, questionando qual seria o reforço possível fazer nesses programas caso o dinheiro investido nos relvados sintéticos fosse recolocado nos mesmos. -----

Frisou que esse reforço poderia advir da recolocação desse investimento ou, até, da poupança noutras rúbricas, destacando que na rúbrica Aquisição de Serviços – Outros Trabalhos Especializados a verba que aparece é de 420 mil euros, que na rúbrica Outros Serviços Especializados consta a verba de 683 mil euros e que na rúbrica Outros Serviços a verba que consta é de 8,133 milhões de euros, questionando que aquisição de serviços representam 8,133 milhões de euros. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por dizer que, sendo o ano de 2017 o último do mandato, importa fazer uma reflexão sobre o que falta cumprir com base naquilo que foi prometido na campanha eleitoral. -----

Disse que toda a gente se lembra de que foi anunciado, no início do mandato, a pavimentação de 500 quilómetros de rede viária, salientando que sendo verdade que foi feito algum avanço nesta área, muito ainda falta fazer, realçando haver freguesias que ainda não viram as suas ruas serem intervencionadas e que, ao ritmo a que estão a decorrer as intervenções, talvez nem



dentro de uma década toda a rede viária do Concelho esteja em conformidade. -----  
Ainda relacionado com o estado das vias disse que, há poucas semanas, um cidadão rebentou um pneu e uma jante do seu carro devido a um buraco não sinalizado numa via pública em Mozelos, pelo que se dirigiu à Câmara para apresentar uma queixa mas que, na Câmara, lhe foi exigido o pagamento de uma caução de 50 euros para fazer a queixa. Fez notar que, perante tal exigência e porque esse cidadão não era uma pessoa de muitos capitais, desistiu da queixa, comentando, sobre essa situação, que assim é muito fácil os cidadãos desistirem de fazer queixas porque para uma pessoa que ganhe, por exemplo, o salário mínimo, 50 euros representa 10% do seu salário. -----

Quanto aos Transportes Públicos, disse haver um local no Município que talvez se possa parecer com uma rede de transportes públicos, localizado no lugar da Cruz, em que existem transportes públicos que ligam ao Porto, a Lisboa, a Braga, a Ovar e ao Furadouro. -----  
Referiu que, porém, não existe uma rede interna de transportes públicos no Concelho e que aí entra a questão da ideologia porque, em Santa Maria da Feira, sempre se optou pela privatização quando é sabido que os privados apenas aceitam aquilo que dá lucro. Disse que aquilo que outros municípios fizeram foi comprar viaturas e criar uma rede de transportes públicos, em que as linhas lucrativas cobrem as despesas das não lucrativas, comentando que apesar de muitos dizerem que essa situação não é sustentável, esses municípios provam que é sustentável. Realçou que o Município continua a não ter uma rede de transportes públicos apesar de haver, em Santa Maria da Feira, um autocarro que diz Transfeira mas que ninguém sabe muito bem por onde circula e em que horários, que não tem os horários afixados nas paragens cobertas, onde as há, e que não faz sequer ligação ao comboio, mas que mesmo assim é apresentado pelo PSD como sendo uma bandeira do Município. -----

Na área da Educação deu nota que os alunos da EB 2,3 de Fiães fazem, todas as quartas-feiras, um percurso de cerca de 500 metros em que só um terço do mesmo tem passeio, para irem esperar pelo autocarro uma vez que, se apanharem o autocarro nesse local, chegam mais rapidamente a casa do que se apanharem o autocarro que faz paragem junto à escola. Referiu que o problema é que nesse local, para além da falta de passeio, não existe uma paragem coberta, pelo que os jovens esperam pelo autocarro no meio da via pública, realçando que essa situação já se verifica, talvez, há cerca de 30 anos. -----

Referiu que outra questão prende-se com a existência de um contentor na Escola da Igreja, em



Escapães, dizendo tratar-se de uma escola que foi alvo de uma recente intervenção mas que, eventualmente, essa intervenção não teve em conta o crescimento da escola, questionando qual o motivo para ser necessário esse contentor. -----

Prosseguiu dizendo que, há mais de 14 anos, se falou que seriam retiradas todas as coberturas de fibrocimento das escolas mas que, decorrido mais um mandato, elas permanecem, dizendo que o jardim infantil de Manhouce é um desses exemplos. -----

Disse, referindo-se à área do Desporto, que foi feito um investimento muito grande nos relvados sintéticos mas que, por outro lado, alguns dos pavilhões municipais encontram-se na miséria, comentando que são anunciados pavilhões novos mas que não se procede à reabilitação dos existentes. -----

Destacou que a maior parte das zonas industriais, principalmente as mais antigas, estão ao abandono e que nelas é possível ver passeios levantados, buracos nas estradas, falta de estacionamento, questionando se a imagem que se quer dar aos empresários que visitam o Município passa por mostrar zonas industriais completamente degradadas. -----

Aludiu, de seguida, à Quinta do Castelo, dizendo tratar-se de um ex-libris do Município e cuja manutenção é, tanto quanto sabe, da Câmara Municipal, salientando que aquela Quinta também se encontra praticamente ao abandono. Disse que não acreditava que a mesma pudesse estar nesse estado mas que, tendo tido a oportunidade de a visitar, constatou a existência de latas de cerveja, papeis, ausência total de papeleiras, ervas infestantes, comentando que não consegue perceber essa situação. -----

Referiu que a Câmara também disse, no início do mandato, que iria reabilitar o Parque Desportivo de Sanfins e que até deu a palavra de honra às associações de que tal aconteceria num curto espaço de tempo mas que, até ao momento, nada foi feito e o mesmo continua a degradar-se. Destacou tratar-se de um espaço único no distrito de Aveiro, que tinha capacidade para acolher todas as associações de atletismo do Município bem como acolher competições distritais, mas que continua ao abandono porque, no entendimento do PSD, o que interessa são os relvados sintéticos até porque, segundo palavras do mesmo PSD, vai permitir às crianças tomarem banho. -----

O membro Filipe Moreira disse que, por último, queria colocar uma questão que tem sido recorrente, relacionada com a escada dos bombeiros. Referiu que as três corporações de bombeiros do Concelho continuam sem a escada e, contrariamente àquilo que o PSD muitas



vezes fez crer, os bombeiros vieram dizer que a escada era fundamental para o bom desempenho dos bombeiros, porque não só permite chegar aos pisos mais altos como permite prestar socorro, por exemplo, no caso de abatimentos.-----

Para concluir, o membro Filipe Moreira salientou poder dizer-se que Ovar e São João da Madeira têm escada, mas que a verdade é que nenhuma corporação de bombeiros de Santa Maria da Feira a tem, ressaltando que, numa situação de urgência, enquanto se pede aos bombeiros dos municípios vizinhos que emprestem a escada, está-se a perder tempo no socorro, que deve ser prestado com a maior brevidade possível.-----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por referir que, antes de dizer o que pensa sobre o Orçamento para 2017, queria dar algumas notas sobre o que foi mencionado nas intervenções que o precederam.-----

Sobre a questão do amianto existente em algumas escolas disse considerar que se deve chamar a atenção para isso mas que também queria lembrar, a propósito do empurrar as culpas de uns governos para os outros, que há uma escola, a antiga EB 2,3 Fernando Pessoa, que fechou há uns anos em Santa Maria da Feira e que contém amianto, fazendo notar que a Câmara está à espera que essa escola lhe seja entregue mas que tal ainda não aconteceu, nem pelo anterior governo nem pelo atual, pelo que aquela escola continua em estado de degradação.-----

Sobre a Linha do Vouga disse parecer-lhe que facto de o PSD ter mexido nessa questão causou incómodo. Salientou que, na sua opinião, a Linha tal como está dificilmente terá sucesso e será uma fábrica de produzir prejuízo, ressaltando que o PSD só levantou a questão porque, agora, há fundos comunitários e foi criado um programa específico para o efeito, lamentando que os partidos que tanto defenderam a Linha do Vouga, tanto nesta Assembleia como na Assembleia da República, tentem agora assobiar para o lado e empurrar as culpas para os outros. Fez sobressair que a reabilitação da Linha do Vouga não é um investimento da Câmara, salientando que antes não havia dinheiro mas havia vontade e que, agora, há dinheiro mas não há vontade, frisando que essa é que é a grande questão e que é importante que fique clara.-----

Em relação aos 500 quilómetros de piso disse crer que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara referiu é que era preciso recuperar mais de 500 quilómetros de piso, e não que as



pavimentações seriam todas feitas num mandato, recordando que o Sr. Presidente da Câmara já disse, mais do que uma vez, que esse investimento terá de continuar em mandatos futuros. -- Disse que com a legislação em vigor é extremamente complicado fazer requalificações porque as pessoas, mesmo tendo terrenos enormes, não são capazes de ceder meio metro de terreno para, por exemplo, se fazer um passeio, dizendo ser do entendimento que, mesmo respeitando inteiramente a propriedade privada, o interesse público tem que se sobrepor ao privado, enaltecendo o trabalho que a Câmara está a fazer ao executar as recuperações e, onde é possível, fazer requalificações.-----

Sobre os campos de futebol que foram requalificados com tapete sintético disse que os mesmos não servem apenas para dar uns pontapés na bola, frisando que seria conveniente, antes de se falar desse modo, que se fosse ver a quantidade de jovens que neles praticam desporto e que se fossem informar dos problemas sociais que, muitas vezes, isso resolve. ----- Quanto ao pedido da construção de mais ringues e espaços públicos disse que, apesar de concordar com a existência desses espaços, considera que é preciso analisar a qualidade e a utilização dos espaços existentes para avaliar se vale a pena construir mais.-----

Relativamente à requalificação da EB 2,3 e secundária de Fiães referiu que também era importante que tivessem a coragem de criticar o governo porque está a obrigar a Câmara a fazer um investimento, com capital seu, que não deveria fazer porque não é sua obrigação. Sublinhou que a Câmara aceitou, e muito bem, o desafio e vai fazer a obra mas que está a gastar verbas onde competia ao governo fazê-lo.-----

Em relação à crítica da campanha eleitoral, disse que o grupo municipal do PSD já sabia que a mesma iria acontecer, comentando ser normal que assim fosse.-----

Sobre o proferido pela deputada municipal Margarida Gariso em relação ao IMI, realçou que o que a mesma disse é pura demagogia porque a Câmara não aumentou um tostão os impostos ou as taxas, frisando que o IMI é até mais baixo do que o habitual. Questionou qual a razão para o PS, se entende tão importante baixar o IMI, não ter produzido legislação nacional para o efeito, dado ter essa possibilidade, fazendo sobressair que a Câmara diminuiu muito mais o IMI do que aquilo que o governo diminuiu. Referiu que, pelo contrário, o governo ainda vai aumentar o IMI, dizendo que agora vai haver um aumento para os prédios com valor acima dos 600 mil euros mas que, daqui a 3 ou 4 anos, não lhe admira que seja para prédios com valor acima dos 200 ou 250 mil euros, comentando ser habitual, no País, começar por alto



para depois baixar, como neste caso, ou começar por baixo para depois subir, como aconteceu com a taxa do IVA. -----

O membro Fernando Moreira prosseguiu a sua intervenção dizendo, relativamente ao Plano e Orçamento para 2017, que, mais uma vez, é presente à Assembleia um documento cuidadosamente elaborado, prudente e, na sua perspetiva, muito realista, realçando que o mesmo continua a defender os objetivos necessários para se conseguir o desenvolvimento do Concelho, propondo-se fazer não o que se desejaria, como é natural, mas o que é possível com as verbas disponíveis que, no caso, é pouco superior a 63 milhões de euros. -----

Disse que mantem-se o foco no Desenvolvimento Económico, na Educação, na Cultura e Desporto, na Ação Social, bem como se dá uma atenção muito especial na continuação da recuperação da rede viária, comentando que, no fundo, procura-se concluir, em grande medida, o programa eleitoral sufragado pelos feirenses nas últimas eleições autárquicas. -----

Referiu ser um documento que demonstra a atenção do Executivo quer para o imediato quer para o futuro, em que acautela, desde já, a possibilidade de recorrer a fundos comunitários para obras que de outra forma são de difícil concretização, conforme é explicitado no mesmo documento. -----

Salientou que para o ano de 2017 o Executivo prevê, de forma cuidadosa e prudente, obter uma receita de 63 milhões de euros, sendo 53 milhões de euros de receita corrente e cerca de 10 milhões de euros de receita de capital, e que é com esse dinheiro que tem de fazer a sua gestão, acrescentando que com essa receita o Executivo prevê suportar uma despesa corrente no valor de 42,962 milhões de euros e gastar em capital, ou seja, no investimento, cerca de 20 milhões de euros. Destacou a poupança corrente que o Município continua a gerar, no valor de mais de 10 milhões de euros, frisando ser uma verba importante para reforçar o investimento, comentando que apesar da receita de capital ser de cerca de 10 milhões de euros, o investimento será ligeiramente superior a 20 milhões de euros. -----

Prosseguiu dizendo que, por outro lado, o equilíbrio orçamental exigido por lei obriga a que a receita corrente seja suficiente para suportar todas as despesas correntes mais as amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, salientando que, fazendo-se essas contas, a Câmara tem um superavit de 5,631 milhões de euros que é importante para a sustentabilidade das finanças municipais. Frisou ser com agrado que refere estes dados porque andou, durante muitos anos, a ouvir dizer cobras e lagartos da situação financeira da Câmara, realçando que



tais números são ainda mais significativos tendo em conta que não é proposto qualquer aumento de impostos ou taxas, conseguindo a Câmara, apesar disso, manter uma situação financeira perfeitamente equilibrada. -----

Referiu que, para uma melhor compreensão da forma como se utiliza a receita, acrescentaria que da despesa corrente, que representa 68,2% da despesa, 26,1% é para custos com pessoal e 32,4% para aquisição de bens e serviços. Sobre a aquisição de bens e serviços disse que, conforme se pode ler na folha n.º 17 do Plano e Orçamento para 2017, são exemplos dessa despesa a aquisição de combustíveis e lubrificantes; material de limpeza e higiene; material de escritório; material de eletricidade; encargos das instalações; serviços de limpeza e higiene; locação de edifícios; comunicações; seguros; serviços de vigilância e segurança; serviços de assistência técnica; encargos de cobrança de receitas; iluminação pública; transportes escolares; fornecimento de refeições ao 1.º Ciclo no âmbito da Ação Social Escolar; serviços de conservação e manutenção de espaços verdes; serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho; serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos, fazendo sobressair que alguns dos serviços mencionados custam muitos milhões de euros por ano e são indispensáveis para a qualidade de vida dos feirenses. -----

Frisou que restam 20 milhões de euros para fazer investimento e que essa verba não é, nem de perto nem de longe, suficiente para fazer o muito que é necessário no Município pelo que, portanto, é preciso definir prioridades, como é explicitado nos documentos em análise. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Fernando Moreira referiu que o grupo municipal do PSD, porque concorda com o que se encontra plasmado nos documentos para a defesa dos interesses dos feirenses, iria votar favoravelmente as Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2017. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos que entendesse necessários. Começando pela intervenção feita pelo membro Válder Amorim referiu que o mesmo fez uma análise dentro do rigor, salientando que queria dar nota que o rigor está subjacente no Orçamento e que o Executivo Permanente tem tido grande preocupação quanto ao rigor. -----

Disse não ser verdade que o Orçamento para 2017 tenha sido feito a pensar que é ano de eleições, salientando que tanto assim não é que as verbas deste orçamento são idênticas às do

---





ano anterior, com um ligeiro acréscimo de 3 milhões de euros que é justificado com a entrada de fundos comunitários. Referiu não ser manifestamente um Orçamento e um Plano de Atividades eleitoralista, que nunca o foi nem nunca o será, sublinhando que a sua preocupação é a sustentabilidade do território, a 20 e a 30 anos, é deixar melhor do que aquilo que encontrou. -----

Salientou, a respeito da referência ao Europarque enquanto Parque da Cidade, que atualmente o Europarque já tem essa componente de zona de lazer, que há muita gente que aproveita o espaço do Europarque e a sua envolvente para fazer jogging, atletismo e outros desportos, frisando que o Europarque já tem essa valência e que se pretende mantê-la no futuro. -----

Disse já existirem várias zonas verdes de lazer no território, dando nota que a Quinta do Castelo está a ser objeto de um projeto de intervenção conduzido pela Professora Teresa Anderson, da Universidade do Porto, e por um conjunto de arquitetos ligados a ela, dando nota que a Câmara preferiu recrutar os serviços da mesma para que fosse feito um projeto de intervenção adequado. Frisou que a Quinta do Castelo em conjunto com a zona das Guimbras será, na cidade de Santa Maria da Feira, mais uma zona muito interessante de parque da cidade. -----

Relativamente às questões levantadas pela deputada municipal Margarida Gariso referiu, quanto à crítica da falta de transparência relacionada com o atraso de algumas obras, que não há falta de transparência, esclarecendo que quando há um atraso numa obra há um pedido de prorrogação de prazo e a Câmara autoriza ou não autoriza, dando nota que normalmente a Câmara autoriza porque o pedido é acompanhado da respetiva justificação. -----

Disse ter ficado admirado ao perceber que a deputada municipal Margarida Gariso não sabia o significado do estrangeirismo “cluster”, explicando ser um termo comumente usado na linguagem do desenvolvimento económico e que significa um conjunto ou aglomerado de empresas de um determinado setor de atividade. -----

Em relação à questão dos fundos comunitários disse que a deputada municipal Margarida Gariso manifestamente não conhece como funciona os fundos comunitários, como funciona o Programa Portugal 2020. Esclareceu que os objetivos dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) vão mudando e que o QCA em vigor está muito vocacionado para o tecido empresarial, para a modernização, inovação tecnológica e internacionalização das empresas, e muito pouco desenhado para os municípios. Referiu que, apesar disso, o município de Santa



Maria da Feira, tal como muitos outros, tem feito os possíveis para obter verbas para fazer investimento, como é o caso da ligação Feira/Arouca, comentando que tem sido um calvário porque a Comissão Europeia não permite o apoio para essas obras. -----

Sobre a afirmação de que o município de São João da Madeira triplicou o investimento em apenas um ano, disse não ser difícil que o tenha feito porque, nos dois anos anteriores, não pôde fazer nada, não pôde realizar investimento, comentando que para quem parte do zero até pode multiplicar por cem. -----

Em relação à afirmação de que a redução do desemprego verificada no Concelho foi um fenómeno natural e que a Câmara nunca diz concretamente o que fez para capacitar o emprego, disse que, apesar de considerar enfadonho estar a repetir o que disse em anteriores sessões da Assembleia, reafirmava que a Câmara, ao ter criado uma plataforma de negócio internacional que tem, neste momento, 1300 empresas inscritas; ao ter criado o serviço Via Verde Empresas para facilitar os processos de legalização e de licenciamento da atividade industrial; ao ter duplicado a área industrial na revisão do PDM; ao receber empresários internacionais e embaixadores, levando-os a visitar os principais setores de atividade no território; ao desafiar os empresários do Município a irem procurar novos mercados e novos negócios no estrangeiro, certamente terá contribuído para a diminuição do número de desempregados no Concelho, salientando que essa redução foi de cerca de 4.000 pessoas, passando a taxa de desemprego no Concelho de 15,1% para pouco mais de 9%. -----

Referiu, ainda no âmbito do mesmo assunto, que se alguém telefona para a Câmara sobre um investimento ou porque tem um problema na empresa sabe que imediatamente é recebido na Câmara e que terá o devido apoio, frisando ser essa proatividade permanente que faz com que o território de Santa Maria da Feira seja atrativo para investir. Disse que essa atratividade não se prende com a isenção de impostos ou com a oferta de terrenos, porque a Câmara não faz isso, mas sim porque tais investidores veem na Câmara um parceiro na concretização do investimento, com toda a simpatia e todo o interesse no bom crescimento do negócio. Sublinhou ser desse modo que a Câmara tem, no seu entendimento, capacitado muito o emprego no Concelho, dizendo que se alguém tiver uma ideia melhor está disposto a acolhê-la. -----

Sobre o Castro de Romariz referiu que o mesmo tem sido alvo de alguma intervenção, que a Câmara tem feito esse trabalho, reconhecendo que o mesmo precisará de uma limpeza. -----



Quanto ao edifício da Malaposta informou que o mesmo não é propriedade da Câmara, mas sim de privados, fazendo sobressair que o Concelho tem muitos edifícios de valor patrimonial significativo que são de propriedade privada, pelo que cabe ao privado fazer o que tiver de ser feito.-----

Relativamente à situação ocorrida na ETAR de Fiães disse lamentar que tenha ocorrido, explicando que o que aconteceu foi que houve uma indústria que lançou efluentes industriais na ETAR, o que é proibido, e que tais efluentes destruíram as culturas biológicas da referida ETAR, dando nota que essas culturas podem demorar 2 ou 3 meses a se restabelecerem. Deu nota que a ETAR de Fiães está preparada para efluentes domésticos, e não industriais, pelo que aquilo que aconteceu foi um ato criminoso, dizendo considerar injusto culpar a Indaqua ou a Câmara por alguém ter feito um ato criminoso, frisando que aquilo que é preciso fazer é descobrir quem cometeu o crime, comentando que, pelo que sabe, a GNR já identificou a empresa e a mesma será alvo de um processo de contraordenação.-----

Quanto ao IMI referiu que a Câmara entende manter a estabilidade desse imposto, comentando que o membro Fernando Moreira já havia tecido algumas das considerações que considera pertinentes sobre esse tema, pelo que não iria repetir.-----

Em relação à crítica de que não há uma estratégia e que há incoerência na execução das intervenções na rede viária, referiu que a execução cabe à empresa e que se a mesma não for competente perde o dinheiro, acrescentando que os técnicos da Câmara acompanham as obras e dizem que a execução está a ser bem concretizada. Disse não haver nenhuma incoerência, destacando que foram definidas as prioridades tendo em conta o volume de tráfego das ruas e se fazem, ou não, ligação entre freguesias.-----

Referiu não ser verdade que não foram pensadas alternativas de circulação do trânsito nas ruas intervencionadas, dando nota que a maior parte das obras estão a ser feitas interrompendo apenas uma das faixas de rodagem, permitindo fazer a circulação na faixa contrária, ressaltando que nos casos onde é preciso interromper totalmente a circulação os percursos alternativos têm funcionado bem.-----

Relativamente à intervenção feita pelo membro Moisés Ferreira referiu, quanto à afirmação de que a Câmara está a fazer um investimento eleitoralista, que essa linguagem é mesmo de alguém que está em Lisboa, ressaltando que tal não corresponde à verdade e que se aquele membro tivesse tido tempo para ler bem os documentos teria constatado que não há o



incremento de nenhuma obra eleitoralista nem o incremento de colocação de primeiras pedras. Sobre a afirmação de que houve uma inversão da Câmara no que respeita à questão da habitação social, disse que isso também não corresponde à verdade, recordando que o Moisés Ferreira propôs, nessa sessão da Assembleia Municipal que decorreu no Europarque, que se construísse mais fogos de habitação social e que ele – Presidente da Câmara – respondeu dizendo que a ambição da Câmara é que as pessoas possam avançar para a sua própria casa, construindo ou arrendando. Salientou que o que está em causa, no Orçamento para 2017, é a reabilitação dos edifícios existentes e que se prevê a intervenção em 9 ou 10 fogos, dependendo da verba que seja necessária. -----

Quanto à área do Desporto disse registar a crítica feroz que o membro Moisés Ferreira fez ao investimento nos relvados sintéticos ao considerá-lo um desperdício, sublinhando que ele – Presidente da Câmara – não considera um desperdício porque está-se a falar de milhares de jovens, e menos jovens, a praticar desporto. Realçou que, muitas vezes, critica-se a Câmara por não investir na luta contra a toxicodependência, fazendo sobressair que ao investir nos relvados sintéticos a Câmara está a tratar do problema a montante, e não a jusante, considerando ser boa política tratar do problema antes do mesmo acontecer. -----

Disse que, na sua opinião, o investimento no Desporto é importantíssimo para o correto desenvolvimento da sociedade, sublinhando que para além dos relvados sintéticos foram construídos pavilhões e foi dado um apoio muito significativo para os campos de ténis de Paços de Brandão, lembrando ainda que o território tem magníficos espaços verdes, que merecem ser visitados. -----

Em relação à acusação feita pelo membro Moisés Ferreira de que a Câmara não investiu nos espaços livres, disse que tal acusação lhe dava a oportunidade de brilhar e que, nesse âmbito, começava por referir o Europarque, comentando que muita gente criticou a Câmara por ter assumido a gestão do mesmo mas que, atualmente, trata-se de um magnífico espaço verde e que é livre para as pessoas que lá queiram fazer desporto. -----

Disse que também queria convidar o membro Moisés Ferreira a visitar o magnífico espaço em que está transformado as Pedreiras de Lourosa, dizendo que é usado por muitas pessoas para praticar desporto e por muitas famílias como zona de lazer. -----

Convidou o membro Moisés Ferreira a visitar o Parque do Coteiro, em Mozelos, referindo tratar-se igualmente de um magnífico espaço, bem como a visitar a Quinta do Engenho Novo,



dando nota que aquele espaço está a ser objeto de um processo de requalificação e que está a ser feito um magnífico trabalho, liderado pela Junta de Freguesia de Paços de Brandão, dando os parabéns ao Sr. Presidente da Junta por ter tido o arcaboço para aguentar algumas críticas quando o processo se iniciou, porque algumas pessoas não compreendiam o lá estava a acontecer. -----

Convidou o membro Moisés Ferreira a visitar o magnífico parque verde das Ribeiras do Uíma, em Fiães, a passear no passadiço e a ter o prazer de ouvir o canto das aves, convidando-o ainda a visitar o percurso pedonal que está construído em Caldas de São Jorge. - Destacou ainda a Quinta das Guimbras, em Santa Maria da Feira, dando também nota que está a ser desenvolvida uma zona de lazer em São João de Ver, em conjunto com uma associação, que em breve estará pronta para ser visitada. -----

Frisou que, portanto, para além dos relvados sintéticos e dos pavilhões desportivos, o Município tem um conjunto de magníficos espaços verdes, comentando que seria bom que o País tivesse, em todo o território, a qualidade que tem o município de Santa Maria da Feira. --- Em relação à afirmação de que falta apoio aos jovens criadores, disse ter sido nesse momento que ficou convencido que o membro Moisés Ferreira não tem estado muito atento ao que se passa em Santa Maria da Feira, informando-o que os jovens do Concelho promovem os seus espetáculos na Viagem Medieval e no Imaginarius e que se estão a internacionalizar, convidando aquele membro a estar no dia 9 do corrente mês de novembro no Cineteatro António Lamoso porque iria perceber melhor o que está a acontecer no território. -----

Quanto à questão sobre o investimento na medicina privada disse que o entendimento que tem sobre a matéria é que, do ponto de vista da resposta pública, o País tem um belíssimo Sistema Nacional de Saúde, com belíssimos profissionais, que dá a devida resposta. -----

Salientou, contudo, que a perceção que tem do investimento na área da Saúde é que se se pretende tornar a prestação de serviços de saúde num negócio e atrair clientes de cuidados de saúde para o País, então que tais serviços têm que, naturalmente, ser pagos, comentando que não vai ser o Orçamento de Estado a pagar os tratamentos de saúde aos estrangeiros. -----

Disse que o País investiu e tem um conjunto de profissionais de saúde dos mais qualificados do Mundo, mas que formou mais do que o necessário pelo que, nos últimos anos, alguns desses profissionais tiveram que emigrar porque não conseguiram trabalho em Portugal, destacando que o setor da enfermagem é um exemplo notório disso. -----



Referiu ser da opinião que devem ser criadas condições para que esses profissionais possam exercer funções no seu País, salientando que, para além de se dar emprego qualificado a essas pessoas, estar-se-á a captar potenciais clientes estrangeiros para virem a Portugal receber tratamentos de saúde, acrescentando que, depois, há ainda um conjunto de serviços associados, como os serviços turísticos, de transportes, e outros. -----

Disse considerar ser essa a estratégia correta para o País mas que, para isso, é preciso que haja investimento privado, que tem como objetivo o lucro, comentando ser do entendimento que o lucro não tem mal nenhum caso contribua para o bem-estar da sociedade e que, depois, ainda vai proporcionar a quem tem o lucro consumir outros produtos e outros bens.-----

Sobre a questão do investimento na ação social salientou que a força da ação social no Concelho reside na sua rede social, sublinhando que para além dos múltiplos programas que são levados a cabo nessa área, existe ainda o Conselho Local da Ação Social (CLAS), que é constituído por representantes de 110 instituições, salientando que esse Conselho reúne periodicamente para analisar os problemas existentes no território, no intuito de consensualizar respostas para essas dificuldades. Reafirmou que o Concelho tem uma magnífica rede social e que esta tem a grande vantagem do envolvimento das pessoas.-----

Sobre o valor da rubrica Outros Serviços, de cerca de 8 milhões de euros, salientou que o membro Fernando Moreira já havia mencionado um conjunto de serviços que estão incluídos nessa rubrica, dizendo ser essa a nomenclatura usada pelo POCAL e que o novo sistema contabilístico que as autarquias terão de adotar irá complicar, ainda mais, a leitura do Orçamento.-----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira disse, quanto à questão de que a Câmara terá exigido a um cidadão o pagamento de 50 euros para este poder apresentar uma queixa, que só pode ter havido um equívoco, pedindo ao membro Filipe Moreira para que fizesse essa pessoa vir falar com a vereadora Helena Portela, para ver o que se passou. ----

Sobre a questão dos transportes públicos disse que o Concelho tem uma rede de transportes coletivos de exploração privada, salientando ser verdade que a Região onde se insere Santa Maria da Feira tem vindo a sofrer um sucessivo abandono dos transportes coletivos porque a opção das pessoas, no território, tem sido o uso do transporte privado. Informou que está a ser feito um estudo no âmbito da Área Metropolitana do Porto, para análise da rede de transportes e para ver da possibilidade de aumentar o número das carreiras, reafirmando que o território



de Santa Maria da Feira nunca foi muito atrativo para o investimento no transporte coletivo de pessoas. -----

Em relação à paragem dos autocarros na escola secundária de Fiães disse que, mesmo em frente à escola, existe uma grande paragem e os autocarros param lá. -----

Quanto à escada dos bombeiros referiu que havia a vontade de adquirir uma escada mas que era muito cara, custando entre 400 a 500 mil euros, dando nota que, entretanto, conseguiu-se encontrar uma usada, num estado muito razoável e a um preço muito mais económico. Referiu julgar que os Bombeiros de Lourosa já adquiriram essa escada, tendo contado para isso com um pequeno apoio da Câmara e de uma empresa privada, pelo que já havia sido dada resposta a essa necessidade. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu, quanto à questão do presente Orçamento para 2017 ser o último do mandato, que efetivamente é o último do atual mandato, dando contudo nota que assumiu um compromisso com o Sr. Primeiro-Ministro António Costa de convidá-lo para tomar um café quando a empresa Amy's Kitchen entrar em funcionamento no Concelho, salientando que isso está previsto acontecer no ano de 2018 e que espera cumprir esse compromisso enquanto Presidente da Câmara. -----

Usou novamente da palavra a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que começou por dizer que a questão não se prende com o perceber ou não perceber estrangeirismos, mas sim com aquilo que se quer fazer esconder atrás do uso dos mesmos, sublinhando que da realidade palpável nada se vê e que é disso que se trata. -----

Sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que ela desconhece como funciona os quadros comunitários, referiu que São João da Madeira também desconhece e que, provavelmente, existirá um quadro comunitário especial para São João da Madeira. -----

Salientou que São João da Madeira tem pouco mais de 21 mil habitantes e vê contemplado um investimento de 10 milhões de euros, e que Santa Maria da Feira, tendo 140 mil habitantes, tem uma previsão de investimento, de receitas de capital, de 20 milhões de euros, comentando, sobre isso, que alguém anda a tratar realidades completamente distintas. -----

Referiu que Santa Maria da Feira, apesar de ter uma população sete vezes superior à de São João da Madeira, apenas consegue duas vezes mais investimento dos fundos comunitários do que aquele Município, pelo que considera que a diferença não está no conhecer, ou não



conhecer, como funciona os fundos comunitários mas sim no ser capaz, ou não ser, de atrair para Santa Maria da Feira aquilo que o investimento pode trazer e proporcionar, como seja emprego. Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Margarida Gariso frisou que o Sr. Presidente da Câmara não está a ser capaz de fazer esse trabalho. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“É sempre possível fazer mais e melhor e esse é o lema do Presidente Emídio Sousa e do PSD.-----

Este orçamento é mais um passo na direção traçada em 2013, classificada pela oposição de muito otimista e irreal. -----

Três anos volvidos projeta-se o próximo com a certeza que o rumo definido estava certo e era exequível dado que neste momento tem concretização quase assegurada. -----

Emídio Sousa foi ambicioso em 2013, continuou com um trabalho persistente e empenhado e os resultados alcançados permitem não só constatar um concelho mais coeso, com um desenvolvimento económico assinalável, que augura para os feirenses mais prespetivas de emprego qualificado e mais bem-estar geral. Os partidos da oposição tentam ofuscar por todas as formas as melhorias alcançadas, através das suas críticas, mas a realidade sobrepõe-se a todas elas. -----

Podem tentar descolorir todas as conquistas alcançadas e o que se prespetiva para 2017 mas não podem esquecer que aquilo que classificavam como desastre financeiro transformou-se, com contas certas, com a gestão correta e prudente e o grande empenho do Presidente Emídio Sousa numa situação financeira tranquila e confortável.-----

A par da coesão social que foi, é e será, uma preocupação constante do executivo camarário vamos assistir ao nascer de fábricas que criarão novos postos de trabalho, a uma contínua aposta na cultura e na educação, ao restauro da habitação social, a campos sintéticos para a prática desportiva dos jovens, à recuperação da rede viária que foi flagelada pelas obras do saneamento básico, à afirmação de Santa Maria da Feira no contexto regional e nacional. -----

Só é possível concretizar em 2017 todos estes investimentos previstos porque a sábia gestão o vai permitir. -----

A grande ambição de fomentar, por todos os meios possíveis o desenvolvimento económico





deste concelho está a dar frutos e a permitir haver esperança dum futuro bem melhor para os feirenses, sobretudo para os mais jovens. -----

Emídio Sousa já provou que a sua estratégia era a correta, 2017 vai ser um ano de muita concretização com um continuar de rumo que só pode ser de êxito para o nosso concelho.” ----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse, relativamente à última intervenção efetuada pela deputada municipal Margarida Gariso, que não iria entrar num processo de confrontação com São João da Madeira, ressaltando que aquilo que tem pugnado é por fomentar a coesão da região das Terras de Santa Maria porque considera que a mesma só sai a ganhar com a sua afirmação no território nacional. Referiu que recentemente o município de Espinho aderiu à Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, e que espera que essa Associação se venha a consolidar cada vez mais, dizendo que apesar de saber coisas boas e menos boas dos municípios vizinhos não as iria discutir no espaço público, comentando querer dizer sempre bem dos seus vizinhos.-----

Sobre a afirmação de que não está a conseguir trazer emprego para o Concelho, referiu bastar ver o resultado final, dizendo considerar que a evidência é tão grande, tão grande, que não é difícil ser constatada. -----

*Sairam, no decorrer da discussão deste assunto, os membros Manuel Ferreira Santos e Alberto Tavares.*-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 29, CDS-PP, IND., PS: 4 – Maria Isabel Valente, Valdemar Silva, Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira), 14 votos contra (PS: 13, BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar as Opções do Plano e a proposta do Orçamento Municipal para 2017 – dossier cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Sairam os membros Jorge Ferreira, José Castro, Carla Pereira e António Valdemar Ribeiro.*-



e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----

- Aprovação de minuta -----

- Autorização prévia para a assunção do compromisso para o ano de 2017-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 27 de outubro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Instrui o assunto a minuta do contrato-programa em epígrafe bem como o parecer prévio do Revisor Oficial de Contas Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, SROC, datado de 10 de outubro de 2016 – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o contrato-programa é semelhante, na sua estrutura, aos realizados nos anos anteriores mas que, apesar disso, queria colocar algumas questões no âmbito do assunto. -----

Recordou que o valor do subsídio à exploração que o Município paga à Feira Viva tem vindo a decrescer nos últimos anos, questionando qual o decréscimo que esse subsídio iria sofrer em 2017. -----

Referiu também querer questionar onde estão refletidos, no contrato-programa, os custos e os proveitos do Europarque, uma vez que a gestão do mesmo foi entregue à Feira Viva.-----

Concluindo a sua intervenção o membro *Sérgio Cirino* questionou quanto é que a Feira Viva já gastou em rendas desde que foi criada, perguntando para quantos pavilhões é que daria esse dinheiro, permitindo à Feira Viva ter instalações próprias. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o contrato-programa para 2017 é similar ao dos anos anteriores, pelo que a posição do BE seria igual à dos anos anteriores. Disse que o BE não concorda com a existência da empresa municipal por entender



ser um veículo para retirar controlo e transparência democrática sobre decisões e gestão diária que são importantes para o Município. -----

Referiu que como se comprovava nos anos anteriores e continua a comprovar-se com o contrato-programa para 2017, a Câmara Municipal podia fazer aquilo que a Feira Viva faz, integrando obviamente os trabalhadores da mesma, realçando que os espaços são cedidos pela Câmara, tal como a exploração das esplanadas, bares e outros espaços do género, para além do subsídio à exploração que a Câmara dá à Feira Viva para que esta funcione, sublinhando que tudo é pago pela Câmara Municipal. -----

Disse que a Câmara Municipal deveria fazer a gestão dos seus próprios recursos e que esta gestão deveria estar a ser mais fiscalizada pelos órgãos competentes, salientando que o BE percebe que quando se cria uma empresa municipal é exatamente para fugir dessa fiscalização, daí ser contra a empresa municipal Feira Viva desde que a mesma abriu. -----

Realçou que, não obstante esta posição, o BE olha para este contrato-programa e entende que o mesmo deveria incluir outras questões, como obrigar a Feira Viva a praticar tarifas sociais no acesso a determinados equipamentos, como por exemplo às piscinas. -----

Frisou que o contrato-programa também deveria obrigar, ou pelo menos incentivar, a Feira Viva a deixar de arrendar pavilhões e a utilizar equipamentos públicos próprios, fazendo sobressair que o dinheiro pago nas rendas é do erário público porque é transferido do orçamento municipal. Salientou que, para além disso, entende o BE haver um claro conflito de interesses porque há alguém que está na administração da Feira Viva que, ao mesmo tempo, arrenda espaços à Feira Viva. Recordou já ter falado desse assunto na última sessão da Assembleia Municipal e que, nessa altura, foi dito que essa pessoa já arrendava os espaços antes de ter sido nomeado administrador, ressaltando, sobre isso, que essa pessoa ou não deveria ter aceite o cargo ou, então, deveria ter deixado de arrendar os espaços. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Moisés Ferreira disse que deve haver este esforço de transparência, pelo que a Feira Viva deve ser incentivada, de forma firme, a deixar de arrendar espaços, lembrando que o Europarque deverá ter muitos espaços que a empresa municipal pode utilizar, poupando, desse modo, o dinheiro gasto nas rendas. -----

-----  
Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer, quanto à questão do subsídio à exploração, que a diferença tem a ver com a cessação da exploração do pavilhão de



Arrifana, que era gerido pela Feira Viva e que, em 2017, deixa de o ser, passando a ser explorado pela Câmara Municipal. -----

Em relação à não existência de verbas, no contrato-programa para 2017, para a gestão do Europarque, explicou que tal acontece porque a atividade desenvolvida no Europarque é justamente uma atividade mercantil, cuja receita e despesa é equilibrada. -----

Sobre a questão do arrendamento dos espaços à Feira Viva pelo vereador Eduardo Cavaco salientou não haver qualquer conflito de interesses em relação a essa matéria, sublinhando que quando aquele vereador foi nomeado para o Conselho de Administração da empresa municipal Feira Viva já os pavilhões estavam arrendados e a renda estabelecida, comentando que queria deixar essa situação bem clara para que não se fizessem afirmações injustas e não verdadeiras. Referiu que mesmo que o vereador Eduardo Cavaco arrendasse os espaços numa altura em que já era administrador da Feira Viva, poderia fazê-lo desde que de modo adequado, como não participando da decisão tomada pela empresa municipal, mas que não foi sequer isso o que aconteceu. -----

Em relação ao número de pavilhões que daria para ter construído com o dinheiro gasto nas rendas, disse estranhar que essa questão tenha sido colocada pelo membro Sérgio Cirino uma vez que o mesmo esteve na administração da Feira Viva durante alguns anos e nada fez para mudar essa situação. Disse que, por isso, considerava pouco ético que o membro Sérgio Cirino estivesse, agora, a acusar os outros de não fazerem nada, frisando todavia que a resposta a essa questão seria dada em devido tempo. -----

Sobre a intervenção do membro Moisés Ferreira, designadamente quanto ao BE ser a favor do encerramento da empresa municipal Feira Viva, disse considerar que os encerramentos deviam começar pelas múltiplas empresas que o Estado tem. -----

Referiu que quem criou a Feira Viva fê-lo porque entendeu que a mesma permite maior flexibilidade de gestão, que não foi criada para fugir ao controlo mas sim pela agilidade dos procedimentos que permite, frisando ser sabido que as empresas municipais são mais ágeis, tal como acontece com as empresas do setor empresarial do Estado. Disse não lhe parecer adequado extinguir a Feira Viva e mandar as cerca de 60 pessoas que nela trabalham para o desemprego, realçando que essas pessoas têm uma tarefa útil e que devem continuar a desempenhá-la enquanto essa tarefa existir, realçando que se um dia se colocar a hipótese da empresa municipal ter de fechar, então que o assunto terá de ser pensado, nomeadamente o



que fazer aos trabalhadores. -----  
Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu, quanto à questão dos preços praticados pela Feira Viva, que na sua generalidade a empresa municipal pratica preços inferiores ao custo, daí a necessidade de haver um contrato-programa que ajude a Feira Viva a suportar esses custos. -----

-----  
Interveio novamente o membro **Sérgio Cirino** (PS), começando por dizer que não renega ter sido administrador da Feira Viva, que assume tudo o que faz, realçando que trabalhou na Feira Viva sem qualquer retribuição, tal como outros vereadores, dando o seu tempo para tentar melhorar a empresa municipal na medida dos seus recursos. -----

Referiu ter feito aquilo que podia e que assume o que fez, salientando que apesar de todos os administradores fazerem, com certeza, o melhor que sabem, é sempre possível melhorar. Disse que quando foi administrador da Feira Viva a questão dos pavilhões já se colocava, recordando contudo que, antes de ter sido nomeado administrador, a Câmara Municipal já havia apresentado, em campanha eleitoral, o mega projeto da Caixa das Artes. Salientou que esse projeto foi apresentado pela Câmara, neste mesmo auditório da Biblioteca, numa altura em que ele – Sérgio Cirino – já era administrador da Feira Viva, acrescentando que esse projeto incluía um pavilhão na zona industrial do Roligo para onde a Feira Viva se iria mudar. Frisou que o projeto da Caixa das Artes foi apresentado pela Câmara como sendo muito importante e como sendo o cluster das indústrias criativas, comentando sobre isso que, apesar dessa importância, esse mega projeto da Caixa das Artes foi pelo cano abaixo. -----

Salientou, ainda, ser sabido que a Câmara Municipal é o único acionista da Feira Viva, pelo que a Feira Viva até pode pensar ter umas instalações próprias mas que cabe à Câmara a última palavra, frisando que se a empresa municipal tiver uma determinada pretensão e a Câmara Municipal não concordar, essa pretensão não avança. -----

Concluindo disse que, sendo a Câmara Municipal o único acionista da Feira Viva, aquilo que a administração da Feira Viva faz é a gestão corrente uma vez que as grandes opções têm que ser tomadas, e bem, pelo acionista, e não pelos administradores. -----

-----  
Usou novamente da palavra o **Sr. Presidente Câmara** que esclareceu que o polo I do Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua (CCTAR), conhecido por Caixa das Artes, que



inicialmente esteve projetado para a zona industrial do Roligo, em Espargo, não contemplava a transferência da empresa municipal Feira Viva. Informou que esse polo era um espaço de criatividade, que contemplava residências, e que seria explorado pela Feira Viva, dando nota que a empresa municipal teria, nesse polo, um ou dois escritórios. -----

Realçou que, posteriormente, a Câmara optou pela reabilitação do edifício do antigo Matadouro, transformando-o nesse polo, mas que nunca esteve previsto instalar-se naquele espaço a Feira Viva, destacando que a grande necessidade da empresa municipal é ter espaço para armazenamento e não para instalar os seus trabalhadores, até porque esses já se encontram alojados no edifício administrativo do Europarque. -----

Referiu que os espaços que a Feira Viva tem arrendados são para armazenamento, explicando que as múltiplas atividades e eventos desenvolvidos no Município requerem uma série de materiais que precisam estar armazenados, como mesas, cenários e outras coisas, dando nota que esses materiais até são, muitas vezes, emprestados às juntas de freguesia ou às associações para realizarem determinados eventos. -----

O Sr. Presidente da Câmara disse que o arrendamento desses espaços terão de permanecer até que seja encontrada uma alternativa viável, mas que estava a analisar propostas e a fazer as devidas contas para ver do interesse de se adquirir um espaço em detrimento do arrendamento. Chamou a atenção de que o arrendamento nem sempre é pior do que a compra, recordando o caso do edifício arrendado onde está instalada a PSP, dizendo tratar-se de um edifício muito bom mas que, na altura, muitos achavam que se devia construir uma nova esquadra, cujo valor da construção se estimava rondar 1,5 milhões de euros. Fez notar que esse edifício está arrendado por uma verba que não chega aos 3000 euros mensais, cerca de 34 a 35 mil euros anuais, salientando que os 1,5 milhões de euros que seriam gastos na construção de um edifício dá para pagar o arrendamento por mais de 40 anos, sem contar com os juros, realçando ainda que um espaço arrendado não implica despesa com as obras de conservação e manutenção nem com os impostos autárquicos. -----

Disse que já foram pedidos preços para uma solução, eventualmente da construção com um arrendamento resolúvel no final do contrato, explicando que seria pago uma renda e no final de 10, 15 ou 20 anos o edifício passaria a ser propriedade da Feira Viva, ressaltando que essa questão está a ser ponderada. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara deu nota que, de momento, não há



alternativa aos espaços que estão arrendados, fazendo notar que ele é também o Presidente do Conselho de Administração da Feira Viva, que está atento e a fazer as devidas contas, frisando que se concluir que a solução da aquisição ou construção é mais vantajosa, naturalmente que optará por ela. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor (PSD: 26, CDS-PP, IND.), 1 votos contra (BE) e 17 abstenções (PS: 16, CDU), aprovar a minuta do Contrato-Programa para 2017 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., bem como autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2017, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 27 de outubro de 2016. -----

**7 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Arrifana e com a Junta de Freguesia de Lourosa -----**

**- Aprovação de minutas -----**

Assunto retirado da Ordem do Dia, por solicitação da Câmara Municipal. -----

*Reentrou o membro António Valdemar Ribeiro. -----*

*Saiu o membro Sérgio Cirino. -----*

**8 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Fiães -----**

**- Aprovação de minuta -----**

**9 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Lourosa -----**

**- Aprovação de minuta -----**

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os assuntos seriam discutidos conjuntamente, procedendo-se à votação dos mesmos em separado. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 27 de outubro de 2016 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente às matérias em causa, a Sra. Presidente da Assembleia em exercício submeteu os assuntos, separadamente, a votação. -----

*8 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Fiães* -----

*- Aprovação de minuta* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 27, PS: 15, CDU, CDS-PP, IND.) e 1 abstenção (BE), aprovar a minuta do aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Fiães – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

*9 – Aditamento aos contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Lourosa* -----

*- Aprovação de minuta* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 27, PS: 15, CDU, CDS-PP, IND.) e 1 abstenção (BE), aprovar a minuta do aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Lourosa – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

**10 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral (para conhecimento)**-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o documento em epígrafe, emitido pela Sociedade de Revisores de Contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda. – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 14.153, em 27 de outubro de 2016 – distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal.-----

Tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do





assunto, a Sra. Presidente da Assembleia em exercício passou a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**11 – Contrato de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão**-----

**- Protocolo para a revisão do Anexo I / Aprovação de minuta**-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 27 de outubro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que começou por dizer que o contrato em apreço levantou-lhe algumas dúvidas que gostava ver esclarecidas, salientando que para além da questão da iluminação pública estava também em causa a questão da rede de distribuição de energia. -----

Sendo assim, questionou se as luminárias que a Câmara Municipal tem vindo a instalar cumprem os requisitos do contrato em vigor até à data. -----

Questionou se a EDP, em caso de necessidade de reposição, terá acesso ao tipo de luminárias que a Câmara Municipal tem vindo a instalar, de modo a evitar usar diferentes tipos de luminárias, quer ao nível estético quer ao nível lumínico, questionando ainda se a EDP vai conseguir dar continuidade à colocação das luminárias que a Câmara iniciou, e em segurança, tendo em conta o aprovisionamento previsto no contrato. -----

Questionou se este contrato será uma atualização ou um mero pretexto para solucionar um problema que poderá ter sido iniciado pela própria Câmara Municipal, quando tomou a iniciativa de instalar luminárias de uma tecnologia que poderia não estar prevista no contrato de manutenção previamente estabelecido com a EDP. -----

Questionou, também, quais são as garantias de que a EDP vai conseguir adquirir o -----



equipamento necessário, salientando que ao analisar o ponto 1 da cláusula 2.<sup>a</sup> do Protocolo o mesmo diz que a aplicação do Novo Anexo I ao Município para o tipo de luminárias LED inscritas nos pontos B.2 e B.3 está condicionada à conclusão dos procedimentos necessários para a aquisição, pela EDP Distribuição, dos aparelhos de iluminação e respetivos suportes nele previstos e à existência de stock adequado dos mesmos para fazer face às necessidade do Município.-----

Referiu que as dúvidas aumentam quando se lê, no ponto 2 da mesma cláusula, que os encargos com a substituição de luminárias instaladas ao abrigo dos pontos B.2 e B.3 do Novo Anexo I serão repartidos igualmente entre a EDP Distribuição e o Município. Realçou que este ponto 2 da cláusula 2.<sup>a</sup>, articulado com o Novo Anexo I, suscita dúvida quanto às garantias que existem de que, em caso de avaria de uma luminária LED, a EDP procederá à substituição da mesma por outra luminária LED e não pelas convencionais de Vapor de Alta Pressão.-----

Disse que essa dúvida surge porque o acordo anterior apenas previa a substituição por luminárias de Vapor de Alta Pressão, ressaltando que o novo acordo fala da possibilidade de substituição de luminárias LED mas não dá garantia de que a manutenção vá efetivamente passar pela aposta de substituição por luminárias LED, comentando que seria isso que se esperava e que se pretendia.-----

Salientou que gostaria ainda de saber, tendo em conta que a Câmara deu, em 2016, início à substituição das luminárias convencionais por luminárias LED, se existem dados relativos aos ganhos de eficiência energética relativamente ao ano anterior e aos últimos 5 anos, período sem a perturbação dos cortes de 50% da iluminação pública.-----

Ainda relativamente ao Protocolo, disse que nas notas interpretativas o ponto 1 diz que os encargos com a iluminação pública, a cargo do concessionário, serão objeto do plano de obras para iluminação pública, a apresentar anualmente pelo concessionário. Concluindo a sua intervenção questionou se tal significava que não havia, quanto a essa questão, qualquer tipo de estimativa orçamental para o ano de 2017.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por referir que o número de luminárias que será atribuído à Câmara de Santa Maria da Feira ronda as 160, salientando que para um Município que tem mais de 40 mil luminárias é quase nada.-----



Esclareceu que a partir do momento que a EDP coloca as luminárias tem a responsabilidade de as substituir, frisando que isso está no contrato. -----

Disse que a Câmara reuniu com a EDP para ver da hipótese de aumentar o número de luminárias LED a colocar, frisando que o objetivo da Câmara é que, nos próximos 2 anos, se possível seja substituída toda a iluminação pública por iluminação a LED. Explicou tratar-se de um investimento muito elevado, na casa dos 7 ou 8 milhões de euros, destacando ser vontade da Câmara religar a iluminação que havia sido desligada há uns anos porque a poupança que se conseguirá, com a substituição por lâmpadas LED, permitirá efetuar essa religação. -----

Sobre as luminárias já substituídas disse que, em 2015, foram substituídas aproximadamente 4000 e que, em 2016, está em concurso a substituição de mais 4000. -----

Quanto à questão da substituição das luminárias em caso de avaria fez notar que as lâmpadas LED têm um prazo de garantia, explicando que a empresa que vence o concurso terá que proceder à substituição e assegurar a sua manutenção. -----

Em relação ao tipo de equipamento que está a ser colocado disse que o mesmo é homologado, que é considerado o adequado pelos técnicos, frisando que a própria EDP tem conhecimento do mesmo pelo que julga que não vai haver problemas quanto a isso. -----

Relativamente à poupança, explicou que na primeira intervenção procurou-se instalar lâmpadas LED em postos de transformação que permitissem, depois, efetuar a medição da respetiva poupança, realçando que essa aplicação é recente e que ainda não existem esses dados, mas que os espera ter em breve, comentando que tudo indica que vai haver uma poupança efetiva porque é reconhecido que as lâmpadas LED têm um consumo muito inferior. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 46 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a minuta do protocolo a celebrar com a EDP Distribuição – Energia, S.A., – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, o qual passará a integrar o contrato de concessão em epígrafe, celebrado entre o Município de Santa Maria da Feira e aquela sociedade. -----



Sairam os membros *Juliana Rocha, António Valdemar Ribeiro, Luís André Santos, Maria Isabel Valente e Maria Manuela Teixeira.* -----

**12 – Carta Educativa (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)**-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Carla Adriana Pinto, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 13.973, em 25 de outubro de 2016, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito.-----

Fez ainda alusão à recomendação que aquela deputada municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal.-----

Em seguida, passou a palavra à deputada municipal Carla Adriana Pinto para fazer a apresentação dessa recomendação.-----

Usou da palavra a deputada municipal **Carla Adriana Pinto** (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

Da leitura atenta do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro de 2003, bem como das versões mais recentes deste diploma verificamos, entre outros aspetos, que a carta educativa: -----

- 1 - É, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município;
- 2 - Visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar;-
- 3 - Deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município; -----
- 4 - É elaborada pela câmara municipal e aprovada pela assembleia municipal respetiva, após



discussão e parecer do conselho municipal de educação; -----  
5 - Integra o plano diretor municipal respetivo, estando, nestes termos, sujeita a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do Ministério da Educação. -----  
Por outro lado, é nosso entendimento que as sucessivas alterações na composição dos vários Agrupamentos de Escolas no nosso Concelho desatualizaram a Carta Educativa, o que nos remete para o artigo 20.º e que versa, precisamente, sobre a necessidade de revisão deste documento sempre que haja alterações, “designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino”, bem como determina que “O Ministério da Educação e as câmaras municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa.” -----  
Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 3 de novembro de 2016 recomenda à Câmara Municipal que proceda à abertura do processo de discussão pública tendo em vista a necessária atualização da Carta Educativa, a qual conta já com onze anos de vida durante os quais houve alterações substanciais.” -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por recordar que a Câmara, em 2013, aprovou o Projeto Educativo Municipal, salientando que o mesmo teve a participação de todos os envolvidos no setor da Educação. Informou que os serviços da Câmara estão a atualizar os dados estatísticos e que, em simultâneo, a Câmara está em negociações com a Universidade de Aveiro para que esta seja sua parceira no processo de revisão da Carta Educativa. -----

Referiu que só depois desse trabalho efetuado é que o assunto será submetido à discussão pública, reafirmando que a Universidade de Aveiro será, em princípio, parceira da Câmara no processo da revisão da Carta Educativa de Santa Maria da Feira. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor da recomendação (PS: 13, CDU, BE), 23 votos contra (PSD: 22, IND.) e 3 abstenções (CDS-PP, PSD: 2 – Armando Fontes Teixeira e Manuel Jacinto Moreira), rejeitar a recomendação apresentada pela deputada municipal Carla Pinto – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -  
-----



O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“O PSD votou contra pelas razões que foram invocadas pelo Sr. Presidente da Câmara.” -----  
-----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício*, introduzindo o período em epígrafe, informou existir uma inscrição para intervir neste Período, designadamente do cidadão Acácio Alberto Loureiro de Almeida Rouxinol, residente na Rua do Louredo, n.º 101, em Louredo, para falar sobre a limpeza de passeios e estacionamento, da manutenção e conservação dos mesmos, bem como da lei do ruído que não estaria a ser respeitada em zona habitacional. -----

Feita a chamada e verificando que o cidadão citado não se encontrava presente, a *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* deu por encerrado este Período de Intervenção do Público. -----

Em seguida, a *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01,00 horas, a *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente em exercício,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,